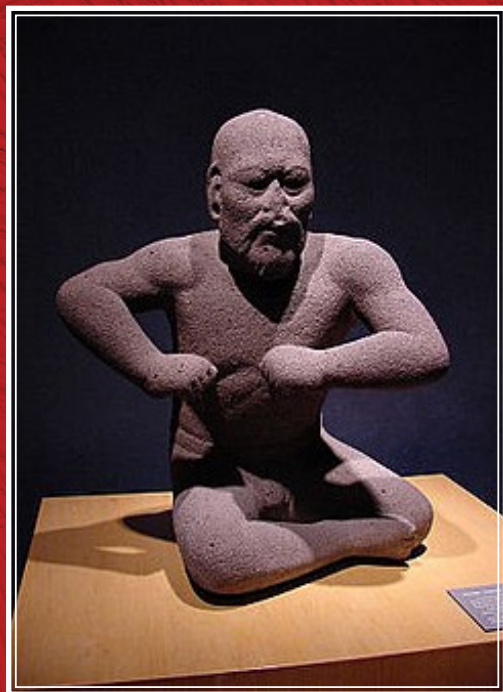


FERNANDO PEDRÃO



PARA UMA NOVA ECONOMIA POLÍTICA



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB) | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

José Tavares de Sousa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)

Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Diego Duquelsky (UBA)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Fernando Pedrão

**PARA UMA NOVA
ECONOMIA POLÍTICA**



Campina Grande - PB
2022



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Gilberto S. Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P372p Pedrão, Fernando.
Para uma nova economia política / Fernando Pedrão. –
Campina Grande : EDUEPB, 2022.
124 p. ; 15 x 21 cm ; 591 KB.

ISBN: 978-85-7879-769-0 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-773-7 (E-book)

1. Economia política. 2. Capitalismo. 3. Valorização social.
4. Economia mundial. I. Título.

21. ed. CDD 337.3

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

In memoriam
Para Celso Furtado e seu *Prefácio para nova*
Economia Política

SUMÁRIO

PRÓLOGO, 11

INTRODUÇÃO, 17

O ARCABOUÇO MUNDIAL DO PODER, 27

A TEORIA HISTÓRICA DO VALOR, 31

O PROCESSO DO CAPITAL, 41

O capital como tal, 41

Dualidade entre capital nacional e internacional, 42

A relação essencial entre o capital moderno e o ultramoderno, 44

O modo operacional do capital: a dialética entre sistema produtivo e sistemas de apoio, 45

Capital produtivo, improdutivo e parasitário, 46

O capital financeiro, 46

O PROCESSO SOCIAL DO TRABALHO, 51

Identidade e resiliência do trabalho, 51

A divisão do trabalho, 54

A unidade interna do trabalho, 56

OS SISTEMAS DE PREÇOS, 59

O ESPAÇO-TEMPO CONCRETO, 63

AJUSTE ECOLÓGICO, 69

A condição ecológica, 69

A compreensão do modo sustentável, 70

Instrumentos conceituais, 71

Os custos sociais da preservação do ambiente, 72

A ENGENHAGEM DA PRODUÇÃO, 73

A trama orgânica da produção, 73

Horizontes de confiabilidade e incerteza, 76

A CIRCULAÇÃO SOCIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO, 79

Aspectos gerais, 79

A circulação do capital e do trabalho, 80

Circulação cultural, 81

A circulação do capital, 82

A circulação do trabalho, 84

Os processos do mercado, 85

A FORMAÇÃO DO CAPITAL, 89

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA, 93

A RENDA FUNDIÁRIA, 97

A REPRODUÇÃO SOCIAL SISTÊMICA, 101

Aproximações, 101

A reprodução dominante, 102

A reprodução dependente, 102

A reprodução do capital., 103

A reprodução do trabalho, 105

A reprodução progressiva, 105

A ACUMULAÇÃO INCERTA, 107

O ENIGMA DO PROGRESSO, 111

ANEXOS, 115

Anexo 1. A economia da tecnologia imperfeita, 115

Anexo 2. Ideologia e alienação, 116

REFERÊNCIAS, 123

PRÓLOGO

A realidade da história está no caráter dialético da estrutura que condiciona os eventos, mas de volta é condicionada por eles. (Louis Althusser)

A necessidade de renovar a Economia Política surge da originalidade do desafio representado pelas transformações da economia mundial, na esfera dos países centrais e nas das diferentes periferias, que acontecem sob o signo da incerteza técnica, social e política, em diversas tonalidades. Esses processos resultaram na superação do colonialismo europeu, com a nova organização do poder entre a disputa de potências hegemônicas e um complexo quadro de nações em ascensão e em declínio. O panorama mundial deste século se diferencia radicalmente do anterior, principalmente pela ascensão da China, pela recomposição da Rússia e pelo aparecimento de potências de segunda linha como a Índia e o Iran. É um quadro movido por uma dinâmica de poder em que contrasta a objetividade do poder econômico e militar; e uma cortina ideológica conflitiva entre a defesa dos sistemas de poder pós-coloniais e fontes autossuficientes de poder representando novos projetos mundiais. Em rápida complexidade crescente, com novos papéis de nações e grupos independentes, o quadro atual não pode ser explicado pelas referências do mundo pós-segunda guerra mundial.

Na revisão do trajeto percorrido pelo capitalismo, há dois antecedentes a considerar que são: (a) a continuidade entre a crise

do feudalismo e a ascensão do capital mercantil colonialista; e (b) as modificações estruturais do modo de produção capitalista, que chegou ao capital monopolista com novo espectro de formas de produção.

Esse grande movimento se fez por meio de uma rápida expansão do espaço ocupado por uma economia mundial centrada na Europa, com um movimento geral de destruição de impérios, nações e tribos nos outros continentes, com a construção de um espaço de dominação europeu gerido por Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, com participações posteriores de Itália e Alemanha. O centro do movimento passou a ser a economia norte-americana em expansão territorial progressiva e na construção de uma economia que articulou o complexo sidero-metalúrgico com uma expansão do mercado e uma política internacional invasiva.

Esse núcleo desenvolveria uma nova dinâmica civilizacional, com disputas internas como entre os ibéricos e os do Mar do Norte; e lutas de fronteira, como nas diversas invasões da Índia e da China. A universalidade do domínio europeu atribuiu uma graduação de posições subordinadas para os diversos espaços coloniais, com uma lógica de extorsão de valor, que combinou escravidão com servidão e com assimilação, pressupondo uma diferença qualitativa que justificaria as invasões do México e do Caribe pelos Estados Unidos, da Argélia pela França, da Namíbia pela Alemanha e, já no século XX, da Líbia e da Abissínia pela Itália. Mas a centralidade da Europa cedeu lugar aos Estados Unidos, cujo principal foco é a disputa pelo controle do Pacífico e das fontes de petróleo. Assim, em uma visão estritamente objetiva, a defesa dos interesses estadunidenses levará a uma revisão de seu arco de alianças, em uma disputa fluida de território, principalmente contra a expansão dos interesses chineses. A diferença entre os discursos e as movimentações concretas é um tema que sobressai ao escopo deste estudo, mas que constitui uma referência inevitável.

Para explicar o processo atual, a Economia Política não pode operar com a lógica empírico-analítica das principais correntes

de pensamento pós-kantiano e positivista que corresponderam ao ambiente econômico do império austro-húngaro, mas que foi sucedido pela unificação da Alemanha e precisou se reorganizar sobre uma atualização da visão histórica. É um trabalho que começa com a reconstrução da história começada por G. W. F. Hegel, seguida pelas visões do marxismo construtivo com Lenin, e nas visões autocríticas do marxismo com destaque para Louis Althusser e Tran-Duc-Thao. Precisa de uma revisão crítica da dialética a ser fundada sobre os sistemas de processos historicamente concretos, bem como de reconhecer a complexidade do componente imaterial da produção social.

A teoria econômica, tanto a conservadora como a marxista, instalou-se com plena representação da lógica europeia, que considera normal a diferenciação entre as relações de classe metropolitanas e as coloniais, passando por alto os processos de dominação interna das nações metropolitanas e os processos desenvolvidos nas nações colonizadas. Essa foi a grande originalidade da Revolução Francesa (LOSURDO, 2015), que logo foi desmentida em uma linha de restauração colonial em 1830, que foi seguida por De Gaulle, por Churchill, tanto como por Franco e Salazar. Mas o mundo central continuou pensando em termos de dominação e exploração incontrolada de recursos, cometendo os mesmos crimes com as nações ocupadas.

O desafio de renovação da Economia Política surge da impossibilidade de negar a real continuidade dos processos de exploração que sempre tiveram um cão de guarda que hoje é os Estados Unidos. Mas a renovação requer um retorno à origem do processo do capitalismo como continuidade do processo de contradições que se constituiu como crise do feudalismo e como bloqueio do capital mercantil. É o fundo imperial da exploração que hoje encontra um limite nas contradições do capital monopolista. Esta reação tem a ver com o modo prático da economia como representação de um pensamento fundamental que precisa registrar as mudanças na estruturação do capital, que passa de concorrencial a oligopólico e a monopolista financeiro, em

processos de mercado conduzidos por alianças entre os capitais monopolistas e os Estados imperialistas.

Desde a segunda metade do século XX, o controle financeiro do sistema produtivo, seguido da concentração do capital financeiro e da operacionalização do grande capital, condiciona a reprodução do sistema produtivo a prioridades internacionais, constringendo as políticas econômicas nacionais a variáveis externas que conflitam com as necessidades sociais dos países. Assim, os processos de desenvolvimento nacionais dependem da construção de margens de autonomia que passam, necessariamente, pelo controle da esfera financeira, por uma reconstrução da relação entre ciência e tecnologia. Isto é, os problemas de desenvolvimento historicamente gerados demandam políticas historicamente consistentes, contraditórias com a reprodução do atual sistema de poder.

O último quarto do século XX trouxe três grandes mudanças que condicionaram os rumos do poder que foram a ascensão da China, o fim da União Soviética e a reunificação da Alemanha. Foi o espaço da expansão do imperialismo norte-americano, que, entretanto, se encontrou com a recomposição inesperada da Rússia. Os novos dados da questão dependem do controle norte-americano da Europa, onde seu instrumento militar, a OTAN, realiza um movimento expansivo com perda de consistência de suas alianças na Europa¹.

Os movimentos do fim do século representaram uma ruptura dos sistemas de poder com novas tendências das relações econômicas de onde a geopolítica do petróleo divide ofertantes como Rússia e países islâmicos e demandantes como Estados Unidos e aliados europeus. Há uma posição ambivalente dos Estados Unidos que são grandes produtores e maiores demandantes. O sistema tem variantes importantes que são a Venezuela

1 Esse processo não é o tema deste estudo, mas é o pano de fundo dos processos de mercado que terão que ser analisados em sua circunstância histórica.

e a Noruega, cujas operações podem flexibilizar a disputa, mas não revertê-la. O grosso da operação é a operação entre Rússia e China por representar a maior transação. A sensibilidade do sistema é o limite da capacidade da Europa para absorver os custos do gás norueguês e do norte-americano. Salvo por uma guerra generalizada, a pressão sobre petróleo e gás permanece. A tendência mundial ao uso de outras fontes de energia não foi suficiente para suplantarmos o peso dos combustíveis fósseis, pelo que o cálculo econômico da economia do capital continua tendo o petróleo como parâmetro e até agora fracassando nas tentativas de suprimir o carvão que é ambientalmente o mais negativo, porém o mais barato.

INTRODUÇÃO

É preciso renovar a Economia Política para atender aos pleitos de emancipação das nações que ficaram dominadas pelos sucessivos sistemas de poder mundial. Nesse pleito, descarta-se qualquer compromisso com a economia ortodoxa, basicamente formada na perspectiva dos interesses do capital, carregando vícios conceituais como as noções de escassez relativa, liberdade do consumidor, equivalência em mercados. Uma renovação da economia implica em visão atualizada da história, substituição da visão de estados e formas pela de processos e modos.

Deságua em revisão do conceito de modernização que inclui os diversos movimentos de modernização ao longo da história e qualifica a modernidade atual com seus significados de destruição, de atualização do atraso e o humanismo negativo da civilização do capital. A modernização autoconsciente é a que reconhece o fundamento de exploração na produção social de riqueza. A nova Economia Política é uma ciência social que se situa acima das departamentalizações e se assume como consciência social do mundo moderno.

Assim, rever a Economia Política é um imperativo de um movimento de identidade das nações não centrais que implica em reverter sistemas de dominação e assumir o objetivo principal de valorização social. A Economia Política surgiu em um momento

de exaurimento do capital mercantil escravista e de ascensão de um capitalismo imperialista que combinou regras de dominação interna² com modos de dominação internacional e colateralmente gerou processos de alienação que contribuem para a subalternização dos países periféricos. Foi o momento histórico das teorias de David Ricardo, Thomas Malthus e Jean-Baptiste Say.

O pensamento econômico oficializado pelos países dominantes se organizou sobre as experiências de alguns países da Europa ocidental e referências de ciência do início do século XX³. Tornou-se obsoleto em relação às transformações do mundo desde então, que obrigam a incorporar as experiências sociais e as grandes mudanças no campo científico. A superação desse modelo é uma reação ao colonialismo europeu que os estadunidenses incorporaram na montagem de um sistema de dominação interna. O pensamento da totalidade avança com a expansão da totalidade e o aprofundamento da memória: ninguém escapa de Aristóteles. A possibilidade de pensar o futuro depende de penetração do passado.

A dominação interna foi o fundamento essencial da expansão do capitalismo em suas sucessivas formas operacionais, começando pelos países centrais e passando para as colônias. A contradição surgiu na América, onde o colonialismo desmontou civilizações e encaminhou a formação de elites subalternas. A adesão das elites estadunidenses ao conservadorismo europeu praticamente neutralizou a originalidade de sua própria experiência com algumas honrosas exceções⁴. Esta volta ao essencial do

2 A dominação interna das ilhas britânicas foi o ponto de partida da construção do Império Britânico que usou penas de escravidão temporária para crimes políticos de ingleses e expropriou terras de escoceses.

3 Henry Bruton e William Fellner entre os estadunidenses, Joan Robinson entre os ingleses, Raymond Barre entre os franceses, Yuri Popov entre os russos.

4 O fundamento do sistema de poder dos EUA foi um sistema progressivo de dominação interna que compreendeu extermínio de indígenas, exploração de imigrantes e de posseiros em geral, eliminação de direitos trabalhistas até

processo de poder econômico implica em superar os preconceitos conceituais que formam o piso da economia ortodoxa, basicamente estática, que não explicam os processos dos mercados de bens, de trabalho e do dinheiro.

Esse pleito requer uma Economia Política reflexiva em vez da economia guiada pelos sinais imediatos de mercado⁵. Impõe-se tratar do sistema produtivo tal como ele é operado por pessoas, em sua relação com sistemas de recursos naturais e sistemas institucionais, portanto, nas condições de formação e reprodução do sistema social e não só do sistema produtivo. Envolve a genética e a mecânica do processo econômico que é a materialidade da atividade social. Os sistemas econômicos são sistemas vivos em contínua transformação, que mudam em tamanho e em complexidade, e estão constituídos de sistemas que interagem em diferentes velocidades.

A Economia Política trabalha com duas referências concomitantes e interdependentes que são a internacionalidade do capital e do trabalho e a estruturação nacional⁶. A economia burguesa trabalha com o conceito de economia nacional que surgiu no século XVII, cuja pertinência mudou ao longo do tempo com a internacionalização do capital e as mudanças nas relações de classe, enquanto a visão socialista parte da internacionalidade do capital e do trabalho. Desde a antiguidade, os sistemas econômicos

as novas formas de cidadania seletiva para voluntários estrangeiros nas forças armadas. Dentre pensadores independentes, cabe citar Daniel Hamberg, Charles Wright Mills, Walt Rostow, Hollis Chenery, Paul Krugman, Noah Chomski dentre outros.

- 5 Alfred Marshall usou a expressão *Economics* para romper com a tradição de *Political Economy – Economia Política* – usada pelos Clássicos. Marx considerou que a visão clássica era das economias nacionais que criticava, mas produziu um trabalho de Economia Política Crítica.
- 6 Marx criticou a perspectiva nacional em uma simplificação indevida que implica em desconsiderar o fundamento cultural da modernidade em geral; e que reapareceu como a contradição central do capitalismo monopolista.

transcendem as estruturas nacionais que são ultrapassadas por redes de comércio.

Uma revisão da economia implica em voltar aos fundamentos conceituais, com o reconhecimento de meios de análise e atualização científica. A economia não pode ignorar os desenvolvimentos da ciência. Principalmente, precisa registrar os efeitos interdisciplinares das teorias da Física subatômica, da meteorologia e da genética, assim como precisa conhecer os desenvolvimentos da sociologia e da antropologia.

No relativo à Física, há um processo de ampliação fática do conhecimento, de verificação de teses, como as de Einstein e de Hawking, resultando em uma visão de relativismo cósmico da qual se destacam os seguintes princípios: [a] Movimentos fricionais irreversíveis e deslocamentos progressivos de órbita de corpos que se movem em matéria escura; [b] estruturas expansivas e energia diluída em contraste com a lei da termodinâmica de conservação de energia; [c] incerteza nas estruturas quânticas (PRIGOGINE, 1987).

Em suma, trata-se de reconhecer o papel da termodinâmica na astrofísica e em seus efeitos na determinação climática, que incidem em habitabilidade. Por extensão, considerar incerteza e riscos relacionados com suprimento de água e energia.

Princípios que pareciam ser insuperáveis, tais como a tendência geral ao esgotamento dos recursos físicos em tempo útil, podem ser alterados quando são colocados na diferença entre tempo histórico, pré-histórico e geológico. Numa visão atual de história profunda⁷, todos os recursos são não renováveis, sujeitos a mudanças de regra de renovação. A maioria dos sistemas de recursos está sujeita a situações de catástrofe. Por exemplo, a economia norte-americana pode desaparecer se os vulcões do Yellowstone e do Golfo do México entrarem em erupção. A floresta amazônica

7 Entende-se como história profunda a que combina história antiga com proto-história – o período neolítico – e reconhece a pluralidade de civilizações.

é vulnerável a secas e pode minguar com uma seca de apenas dez anos. O Deserto do Saara foi verde, há dez mil anos, e há projetos de recuperação com barreira verde e ativação de aquíferos profundos. Algumas ilhas do Pacífico deverão desaparecer em poucos anos com a elevação do nível das águas do oceano. O reflorescimento aparece como nova força com principais expressões na China e na barreira de reversão do Saara.

Para registrar processos concomitantes em diferentes velocidades e com efeitos interativos, a economia hoje precisa trabalhar com uma noção de espaço-tempo histórico relativo e com uma dinâmica de sistemas complexos. A interatividade é um atributo do sistema que se amplia como decorrência de sistemas internacionais de produção e de consumo que constituem uma nova dinâmica econômica. São as regras da complexidade crescente para as quais as regras do capitalismo imediatista são de pouca valia.

Sob os efeitos inesperados acumulativos das macrovariações climáticas, de aquecimento e poluição dos oceanos, é preciso pensar em termos de história profunda e ecologia profunda⁸. Substitui-se a análise de estruturas fixas pela de processos estruturantes. Admite-se que a economia mundial sofre efeitos acumulativos de entropia com custos crescentes irreversíveis de matérias-primas. Noutras palavras, a sobrevivência da civilização material implica em flexibilidade inventiva e em qualificação progressiva dos trabalhadores,

Essas referências levam a substituir o conceito de demanda como representação de possibilidades atuais de compra pelo de processos de demanda que são os da formação ou de perda de poder de compra. A demanda de serviços hospitalares reflete uma tendência de poder de compra e formação social. Em sua reprodução, a demanda muda de composição técnica e de fundamento

8 Por ecologia profunda, entende-se a que considera os efeitos acumulativos combinados de alterações no meio físico e no social.

social refletindo os efeitos sociais e institucionais da produção social.

A introdução à economia tornou-se o primeiro campo de batalha contra a difusão do racionalismo pragmático⁹ que parte de ficções tais como a soberania do consumidor, concorrência perfeita, escassez relativa e expectativas racionais. A atividade econômica se realiza em ambientes moldados por processos de poder, em que há componentes de racionalidade e de irracionalidade, em que os ambientes sociais estão moldados por processos de poder.

A visão em perspectiva histórica da teoria é necessária para construir uma percepção da atualidade como lugar de processos em marcha. É o modo de reagir contra o simplismo que está ao serviço do grande capital e do controle mundial das matérias-primas. Grossos manuais abraçados por editoras controladas pela mídia são impostos a estudantes indefesos que não têm como reagir contra um discurso aparentemente consistente da economia vulgar que se tornou ortodoxa¹⁰. A rejeição à ortodoxia é ao dogmatismo em que ela se baseia, que sustenta construções lógicas sobre postulados não demonstrados¹¹.

9 Por racionalismo pragmático, entende-se a combinação do positivismo econômico de origem austríaca com o pragmatismo norte-americano representado por Charles Pierce, William James, John Dewey e outros. Não se confunde com o neopositivismo assinado por Ernst Nagel e vários outros. O racionalismo pragmático é uma fórmula de conservadorismo que assumiu diferentes formas em sociologia e economia.

10 Nessa lista, entram autores de manuais de economia de uso difundido como Rossetti, Mankiv, Varian e o Manual de Economia dos Professores da USP, que são cópias uns dos outros.

11 Em artigo em 1960, Roy Harrod alertou que a curva da demanda é uma ficção, um simples ajuste de pontos de demanda que em nada são contínuos, insustentável como uso de cálculo infinitesimal. A curva da demanda é um uso utilitário imediato de cálculo infinitesimal, tal como o uso de probabilidades na macroeconomia abstrata.

A rejeição à ortodoxia precisa ser racional para esclarecer entre impugnação e discordância. O objetivo da crítica é esclarecimento socialmente significativo, que implica na desqualificação da análise estática cartesiana, estruturada a partir de um sujeito socialmente indefinido e de objetos reduzidos a homogeneidade. Para trabalhar com um mundo constituído de relações desiguais entre países e de relações desiguais em cada país sem esclarecer quem é o sujeito da análise social. A fórmula de Descartes – “penso, logo existo” – é insatisfatória para tratar com situações em que os sujeitos pensantes são desiguais e incomparáveis.

Parte-se hoje da heterogeneidade do capital e da dos trabalhadores, que interagem e estão em constante mudança. São conceitos incompatíveis com a ortodoxia econômica que substituiu realidades concretas das sociedades por categorias abstratas. O debate sobre a heterogeneidade do capital, reacendido nos anos 60 pela rejeição da análise organizada a partir de um conceito de capital homogêneo¹², foi uma denúncia olímpicamente ignorada pela ortodoxia, que continuou considerando que o capital financeiro é representativo da complexidade do capital¹³. A suposição de capital homogêneo tornou-se o fundamento da análise neoclássica que utiliza o teorema da taxa interna de retorno¹⁴. No entanto, ela levanta a questão essencial da teoria, que é a da composição do capital, do trabalho e dos recursos naturais que invalida a macroeconomia abstrata. Composição do capital e do trabalho que foram abandonados pela macroeconomia simplista patrocinada pela corrente keynesiana, que abandonou os aspectos

12 Ver a reação dos chamados post-keynesianos – Joan Robinson e Nicholas Kaldor – aos neoclássicos Robert Solow e outros, em John Hicks *Capital and Growth* (1965).

13 Esse debate foi resumido pelo livro *Capital and growth* (org) Harcourt & Laing, mas a defesa da tese da heterogeneidade do capital foi defendida em artigos de Paul Baran, Paul Sweezy, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel e vários outros.

14 Refere-se ao trabalho de Robert Solow sobre esse tema.

de heterogeneidade e complexidade do capital e do trabalho¹⁵. Nesse ponto, mais que em qualquer outro, revela-se o conservadorismo de Keynes e de seus seguidores.

É uma cisão cujo fundo é a heterogeneidade do trabalho, olímpicamente ignorada pela teoria que reduziu as pessoas a trabalhadoras e reduziu os trabalhadores a sua condição atual de qualificação, ignorando a força motriz constituída do esforço das pessoas para mudar de condição de participação no sistema produtivo.

O fosso entre as duas posições se alarga desde então, bem como se aprofunda a submissão da academia à perspectiva do racionalismo pragmático. Torna-se indispensável exibir a complexidade real do sistema produtivo e suas contradições¹⁶.

O modo seguro de fazer essa correção é voltar aos fundamentos da cientificidade no campo social, rever a relação entre lógica e história. No mundo social moderno, a tendência à heterogeneidade do trabalho é parte da transformação orgânica do capital, que sempre procura formas de produção diferentes das atuais. Não há como pensar que a produção capitalista se renove com as mesmas formas de capital e as mesmas formas de trabalho. O ponto fraco da teoria dinâmica geral em economia, apesar da perspicácia de Roy Harrod, está em supor um sistema dinâmico com composições invariantes de capital e de trabalho.

15 A noção geral de complexidade é que o aumento de complexidade do sistema produtivo em seu conjunto supera qualquer possibilidade de síntese ou de redução dos modos de comportamento, alguns poucos comportamentos padrão. A hipótese de comportamentos racionais cai nesse critério. Está claro que as empresas são principalmente irracionais e se comportam em função de preconceitos e presunções dos empresários que raramente estão entre as pessoas mais lúcidas de qualquer comunidade moderna. Sobre complexidade, devem ser vistos Edgar Morin, *Complexidade* e John Casti *On complexification*.

16 Fernando Pedrão, *Refutação ao marginalismo*, Salvador, Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014.

A economia política é essencialmente uma visão histórica da economia que reconhece relações de poder e estruturação de classes. O estudo dos problemas sociais requer um pensar ativo que vai ao encontro de problemas e não somente observa¹⁷. No entanto, a heterogeneidade do trabalho é um aspecto que ficou abandonado pela teoria, mas descreve a condição do trabalho quando se ampliam as distâncias entre o trabalho mais qualificado e o menos qualificado, entre qualificações que acompanham as renovações da tecnologia e as qualificações que ficam desatualizadas ou mesmo anuladas pela renovação das tecnologias. Por exemplo, mecânicos de aviões à hélice. Qualificação ou desqualificação são movimentos de valorização ou de desvalorização dos trabalhadores sobre os quais conflitam influências dos capitais e iniciativas dos próprios trabalhadores.

A heterogeneidade do trabalho assume uma crescente variedade de formas com a superação de novas práticas em indústrias em que os operários de linha de produção são substituídos por operadores de sistemas de informática, ou em que as estratégias de empresas de transferirem custos de produção para os consumidores, como na informatização dos bancos eliminam especificidades do trabalho.

Há uma presunção tácita da parte do capital em supor que a exploração pode avançar de modo ilimitado e que a acumulação pode prosseguir interminavelmente, por não registrar as contradições postas pela incerteza da reprodução do capital e pela desvalorização dos ativos de capital. O próprio sistema de competitividade esgota possibilidades de acumular sobre sistemas de recursos que se esgotam.

17 Cabe citar Morris Cohen, quando ele diz que *a história da ciência mostra além de qualquer dúvida que o fator vital do crescimento de uma ciência não é uma observação passiva, mas o questionamento ativo que se traduz em pluralidade de hipóteses*. Cohen trata com a complexidade ideológica da vida urbana das grandes cidades que não se confunde para nada com a das pequenas cidades dos mesmos países.

A heterogeneidade do trabalho continua aumentando, mais nas economias mais avançadas onde surgem mais funções novas de capital que nas mais atrasadas, onde aumenta mais a capacidade de iniciativa autônoma de trabalhadores qualificados. São sempre estes que têm mais capacidade de criar negócios próprios ou de substituírem emprego por profissão. A seletividade do emprego, que termina por selecionar os desempregados e criar condições diferenciadas de ingresso e de permanência no mercado de trabalho, condiciona o modo como o mercado de trabalho se reproduz.

Como as entradas e saídas no mercado de trabalho raramente são equivalentes, torna-se necessário passar da constatação de diferenças para a explicação dos processos de transformação do mercado de trabalho com substituições das formas de emprego, abertura de novas oportunidades e fechamento de outras. Então, não é que o emprego desaparece, mas que há uma substituição das formas de ocupação que envolve as formas de emprego com uma variedade de formas de ocupação. Com a progressão da formação de capital, há um efeito tecnológico de substituição de formas de emprego, como entre operários e operadores de sistemas. As mudanças do mercado de trabalho induzem mudanças de comportamento dos trabalhadores atuais e potenciais, que passam a valorizar mais vantagens de curto prazo que carreiras profissionais. As alterações do mundo do trabalho refletem-se nas condições sociais de vida levando a uma sociedade mais individualista e imediatista.

O ARCABOUÇO MUNDIAL DO PODER

O esgotamento do absolutismo, no século XVIII, foi a expressão política da mudança estrutural no processo do capital mercantil que já registrava os efeitos da expansão da fronteira agrícola e da mineração nas Américas e já desenvolvia uma produção manufatureira indutora da industrialização. No sistema de vasos comunicantes em espiral progressiva, o mundo econômico mudou por conta dos processos de superação do sistema mercantil desencadeados pela colonização, que significou um aumento exponencial do sistema produtivo pela inclusão de grandes contingentes de força de trabalho e de escalas de recursos e de bens materiais muito acima da escala possível à Europa Ocidental. É o efeito *boomerang* dos primeiros imperialismos que atingiram a Europa pela disponibilização de meios de consumo – batatas, tomates e frutas – e pelos meios de produção como madeiras e metais. O imperialismo colonial descobriu novos fundamentos para seu crescimento, que revelaram sua dependência das colônias. A Europa passou a comer melhor com a colonização da América.

Houve uma mutação dos processos coloniais que passaram da gestão feudal ibérica para a mercantil do Colbertismo e do pragmatismo Hobbesiano, que geriu as colônias como complementos da produção europeia. O colonialismo britânico se apresentou, no século XVIII, como fator de transformação do sistema mercantil,

definindo diferentes funções para suas colônias, sobrepondo-se ao império mercantil português que já distinguia sua colônia produtiva que era o Brasil, de suas colônias primitivas produtoras de escravos. No Brasil, ensaiava-se uma colônia multinacional, ganhando contra o imperialismo holandês, mas repelindo os projetos coloniais franceses. No Brasil, os portugueses desenvolveram um sentido de pertencimento que permitiu aos coloniais enfrentarem as incursões calvinistas.

Formava-se uma nova experiência colonial com interações progressivas de trabalho, principalmente com uma economia interna que se diferenciava dos projetos metropolitanos. É a primeira etapa da dinâmica colonial escravista que adapta o mercantilismo. Para entendê-la, é preciso superar os preconceitos da revolução industrial que foi uma mutação do mercantilismo possibilitada pela expansão do mercado, mas que continuou usando as práticas e as infraestruturas do mercantilismo. A independência dos Estados Unidos introduziu uma contradição no mundo saxônico, ao criar um novo tipo de imperialismo baseado em dominação territorial direta negando, mas dependendo de pluralidade étnica. O extermínio dos indígenas foi a primeira etapa seguida do roubo de metade do México – Texas, Novo México, Arizona e Colorado – e da invasão do Haiti.

A restauração conservadora pós-napoleônica surgiu como um projeto europeu de colonização mundial, então organizado em sistemas hierarquizados em função do potencial humano, no qual entravam os contingentes europeus expulsos pela concentração do poder na Europa e incitou o nascente imperialismo estadunidense. O imperialismo europeu passou a tentar desmontar o Império Otomano e subordinar a Rússia, onde Napoleão tinha falhado. O arcabouço econômico mundial continuava sendo o projeto de dominação mundial europeia cujas últimas tentativas nazistas e fascistas fracassaram, mas deixaram o arremedo de poder delegado que é a OTAN. Os Estados Unidos operam sobre um jogo duplo de concorrente monopolista e poder militar. As setecentas bases militares espalhadas pelo mundo e concentradas

na Europa descrevem o projeto de poder mundial que avança na tentativa, já frustrada, de controlar o bloco euroasiático, descrevem o projeto cuja etapa atual começou logo depois da segunda guerra mundial. Esse projeto enfrenta dissidências latentes dos países europeus, das alianças do bloco do Mar Cáspio, e, acima de tudo, expansão da China que já está presente, em vários pontos, no continente americano.

O novo quadro mundial representa nova contradição porque inclui protagonistas irredutíveis à lógica dos poderes hegemônicos, como são a Índia, a Turquia, o Irã, Israel e agora o Afeganistão. Os movimentos estratégicos macrorregionais não estão mais ao alcance do bloco saxônico. De modo colateral, a proliferação de milícias com matizes religiosos, mas inseridas no sistema mundial das drogas, representa um mercado privado da guerra que se financia nos países ocidentais.

A superação do sistema colonialista representada pelas posições hegemônicas da China e da Rússia representa outras condições de movimentações de capitais e de mercado para as quais a Europa passa a posição secundária, tendendo a encontrar divergências em seu próprio bloco de poder. Em síntese, em uma perspectiva histórica não central é preciso considerar um mundo constituído de dinâmicas dissidentes, onde a visão europeia está substituída por uma pluralidade em que o Brasil é parte inevitável.

A TEORIA HISTÓRICA DO VALOR

O coração da Economia Política, que lhe garante esse nome, é a teoria do valor, que se baseia no poder criativo do trabalho. O valor humanamente necessário e socialmente criado assume uma pluralidade de formas não necessariamente comparáveis entre si que são parte da totalidade do valor criado. O valor é o resultado do esforço humano socialmente significativo que é o trabalho. O trabalho sempre acontece em alguma organização social, por iniciativa individual ou coletiva. Caçar e pescar quase sempre são atividades coletivas, pintar ou tecer pode ser individual. O valor gerado pelo trabalho é reconhecido mediante mecanismos de mercado que determinam sua comparabilidade por meio de preços. Mas os preços representam relações momentâneas de valor, pelo que a subjetividade do valor está de fato em comparações entre produtos: uma canoa de pescador com a pesca efetuada. Essa fluidez do valor faz com que ele seja visto através das mercadorias, mas elas apenas representam valor circunstancialmente. De fato, o valor está indicado pelas necessidades – um capote no inverno – mas não é a mercadoria. De fato, mercadoria alguma representa plenamente o valor, onde há algumas que parecem eternas como os diamantes, mas estão sujeitas a variações de preço. Tampouco o dinheiro, que se materializa em moedas, que estão sujeitas a variações de preços e de conversibilidade.

Assim, é preciso situar a teoria do valor em seu fundamento da relação entre necessidades e possibilidades, desde a

sobrevivência individual à coletiva, desde necessidades de sobrevivência a necessidades de socialidade. A diferença entre esses dois tipos de necessidades decorre da diferença entre a dinâmica do mundo primitivo e a do mundo civilizado, onde as necessidades reconhecidas do mundo civilizado se sobrepõem às do mundo primitivo pela exploração, e onde as necessidades do mundo civilizado crescem mais que a capacidade de satisfação.

Essa diferença se reflete na percepção do trabalho, que diverge entre o efetivamente realizado e o que aparece no mercado. Subjaz o trabalho doméstico, cada vez mais complexo, com toda gama de trabalho em mecânica e jardinagem. Isso, por um lado, implica em mudança na concepção de mercado, e em reconhecer que o valor social efetivamente produzido é maior que o comercializado, pelo que a movimentação da sociedade é pelo valor produzido e não pelo do mercado. Por isso, a teoria do valor tem que partir do valor efetivamente realizado que representa a real presença de trabalhadores na sociedade.

A teoria do valor entrou na teoria econômica por David Ricardo que ligou a produção social de valor ao trabalho e à escassez, abrindo o caminho para a cisão entre a teoria objetiva desenvolvida por Karl Marx e a teoria subjetiva das correntes marginalistas. Em Marx, há sucessivos e diferentes tratamentos do tema do valor que têm uma primeira forma em *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859 e sua forma final em *O Capital* em 1867. Marx liga a produção social de valor à produção de mercadorias com uma visão contestatória, mas exclusivamente europeia que ignora a pluralidade de modos de produção concomitantes produzidos pelo choque entre o capital mercantil colonialista escravista, a complexidade da produção colonialista extrativista e a complexidade das sociedades dominadas que se reproduzem mediante composições de modos de produção primitivos e comunitários. Em suma, supõe que todo o trabalho no sistema capitalista é acionado pelo capital, que é uma presunção que não se adapta à economia concreta alguma e que é negado pelas tendências em curso em que aumenta o trabalho defensivo

consequente do desemprego e o trabalho independente de pessoas que usam qualificações próprias e de coletividades para compor redes alternativas à ocupação gerada pelo capital.

A teoria econômica, que se fez como teoria do valor do capitalismo, viu unicamente trabalho contratado pelo capital como representativo do sistema sem considerar as diversas modalidades de trabalho independente que constituíram a moldura das sociedades em que se realizou o trabalho sistêmico, dominado ou contratado. Em perspectiva histórica, é preciso reconhecer que o mundo do trabalho sempre foi misto e nele coincide uma pluralidade de formas de trabalho, algumas anteriores à produção capitalista e outras criadas pelo desemprego capitalista, onde há trabalho espontâneo e coagido¹⁸.

O capitalismo é um modo de organização no qual os capitalistas controlam a contratação de trabalhadores e controlam o valor produzido por eles. Subjaz que os capitalistas tomam a iniciativa de produzir e arcam com o risco de vender a produção, mas tentam controlar o mercado para eliminar riscos. David Ricardo foi o primeiro a estabelecer uma teoria do valor baseada no poder criativo do trabalho. A determinação do valor por escassez, que é o argumento colateral de David Ricardo, de que partiram os marginalistas, refere-se apenas à forma imediata do valor em mercado, que não substitui o poder criativo do trabalho, onde há trabalho subordinado e trabalho independente. Geralmente, o valor socialmente reconhecido é o que pode ser socialmente aproveitado. Nesta realidade, compreende o aproveitado pelos próprios trabalhadores, que é ignorado pela teoria desde os Clássicos¹⁹.

18 A presunção que todo o trabalho é comandado pelo modo de produção capitalista é uma simplificação que não se aplica à pluralidade do mundo atual e ignora que todos os sistemas são mistos e englobam segmentos de produção local e componentes de troca em espécie.

19 Vale considerar a versão de Marx no Livro I de *O Capital* e o trabalho síntese de Isaak Illich Rubin sobre *A teoria marxista do valor* (1980).

Para uma revisão atualizada do trabalho independente, isto é, na plenitude da capacidade de trabalho das pessoas, é preciso admitir como socialmente necessário o trabalho realizado para consumo próprio, isto é, que não se converte em mercadoria, mas que integra o consumo socialmente necessário, pelo que é trabalho socialmente útil. Na realidade, há composições de trabalho contratado com trabalho independente de diversos tipos e com trabalho não registrado.

A produção de valor é o essencial da produção social e é o fundamento da produção de mercadorias materiais e imateriais e o esteio da produção social da sociedade moderna. A produção de valor surge do poder criativo do trabalho socialmente organizado. Na produção, combinam-se o modo concreto de produção e os sistemas institucionais, desaguando em modos de funcionamento que se denominam como modos de produção.

A capacidade de refletir sobre os modos gerais de produção e as formas específicas que os compõem é um produto imaterial desse processo, que surge como uma teoria do valor. A teoria do valor econômico é uma axiologia aplicada porque trata de um aspecto material do valor social que corresponde a aspectos imateriais que aparecem como ideologia. A teoria do valor só pode ser histórica porque trata historicamente de processos sociais que são históricos.

A teoria do valor se funda no poder criativo do trabalho, que gera o capital que o explora e com o qual tem uma relação simbiótica de necessidade mútua. Com o sistema social em constante mudança, onde aparecem resultados positivos e negativos, é necessária uma teoria dinâmica do valor que reconheça processos do capital e do trabalho que se realizam em condições espaço-temporais determinadas. Assim como não pode haver uma teoria abstrata do valor, tampouco pode haver teoria do valor que ignore as condições históricas concretas da produção que representam sua situação espaço-temporal.

Assim, a teoria do valor precisa refletir as condições específicas da produção. Esses requisitos revelam os fundamentos

ontológicos da teoria do valor, que situam as economias perante os problemas fundamentais de exploração. Esses elementos que estão na origem das civilizações se resolvem em formas de exploração interna e de uns povos sobre outros nos modelos de servido e escravização que sustentam os diversos colonialismos.

A teoria histórica do valor, portanto, precisa distinguir a produção e a apropriação de valor com as condições sociais do trabalho, com os espaços de trabalho dominado e de trabalho independente. Essas vão evoluir desde os impérios pessoais antigos aos coletivos, como o Império Romano, e acompanhou a produção social das sociedades feudais a sua passagem às mercantis e ao desenvolvimento do capitalismo. A correia de transmissão entre as formas de organização é a exploração, que passa pelas formas técnicas de servidão às de exploração de trabalho contratado.

Através da exposição da exploração, torna-se possível construir uma teoria do valor em que o objetivo de autonomia dos trabalhadores é um equivalente de renda real. Desse modo, a teoria histórica do valor se separa das teorias genéricas, que são apenas abstrações criadas a partir da experiência dos países do Mar do Norte que não cobrem a complexidade do valor no mundo real.

Sobre essas bases, a teoria do valor enfrenta variações na produção de valor por efeito de organização, como na teoria da mais valia de Marx, ou por variações na qualificação e no engajamento dos diversos tipos de trabalhadores. É preciso ver o valor na perspectiva dos trabalhadores, que são compelidos a desenvolver estratégias defensivas frente à exploração. Nas regras do sistema, os trabalhadores alcançam apenas ganhos efêmeros e são passíveis de agravamento da exploração e de desemprego. Contam mecanismos coletivos como o de greves, de alcance limitado, e individuais como migrações internas e internacionais. Em suma, o trabalho gera valor em condições que lhe são impostas ou que ele pretende escolher, pelo que o problema social de mobilidade dos trabalhadores é um dado objetivo dos sistemas de produção. O trabalho independente torna-se essencial nas etapas avançadas

do capitalismo em que há crescente dificuldade de participação na produção.

Nas sociedades que funcionam guiadas pelo princípio do capital, isto é, da privatização da riqueza, os representantes do capital, capitalistas ou gestores, mobilizam pessoas para produzirem mercadorias, isto é, bens e serviços a serem mercantilizados; e extraem lucros da venda das mercadorias. Subjaz que para isso sabem o que e como produzir e contam com demanda das mercadorias que produzem supondo que controlam as expectativas de demanda.

Os fatores de incerteza dessas operações ficam por conta dos capitalistas e funcionam como sua legitimação. O essencial é que a extração de valor pelos capitalistas se dá, primeiro, por meio da compressão dos salários, que é uma primeira forma de exploração. Em segundo lugar, como os trabalhadores adiantam produção antes de receberem salários, há uma segunda forma de exploração por tempo, que foi apodada por Marx de fundo de salários. Adicionalmente, subjaz que os capitalistas concorrem uns com os outros, portanto, que o lucro é resultado de uma luta entre capitalistas que resulta em processos de mercado. O mercado é um espaço de luta de interesses e não de simples ajuste entre oferta e demanda.

Há uma contradição entre a lógica individualista dos capitalistas e sua necessidade de um arcabouço social propício a sua atividade. Essa contingência induz uma aliança entre os capitalistas e o Estado, que é um ente alterno, que os capitalistas lutam por controlar, mas que deriva sua legitimidade das compensações que dá aos trabalhadores, criando condições de coexistência entre interesses dos capitais e dos trabalhadores.

A sobrevivência dos capitalistas depende de sua capacidade de extrair valor, mas dependem para isso que haja demanda para suas mercadorias. Para garantir demanda, disputam uns com os outros, configurando a formação do mercado, que é o processo de produção social do mercado. Subjaz que a disputa por valor se encontra com a volatilidade do valor.

Esta se manifesta na arcaização²⁰ e consequente obsolescência²¹ e perda de utilidade social das mercadorias; e na esfera financeira, nas limitações da conversibilidade das moedas. Assim, toda produção trabalha com tempos úteis: tempo de produção; tempo de venda, que inclui custos de armazenagem; tempo de validade das mercadorias, que inclui perdas progressivas de valor. As estimativas de tempo, raramente calculadas, mas sempre inferidas, são antecedentes para cálculos de novas produções.

A aceleração dos movimentos dos capitais, dada pelo aumento do capital na forma financeira, indica a necessidade de uma pesquisa específica sobre a volatilidade do valor, mas cabe adiantar que há um movimento de desvalorização inercial, que pode ser classificado como de entropia financeira, que surge das restrições para manter a rentabilidade do capital financeiro perante uma escassez reativa de oportunidades de aplicação de capital.

A brecha que surge de excesso de concentração de capital financeiro comparada com oportunidades de aplicação produtiva, que tende a aumentar a proporção de aplicações parasitárias, incide em desvalorização do capital financeiro. Esse processo de entropia financeira é o risco latente das economias com pletora de capital financeiro sem cobertura de estruturas produtivas equivalentes. É praticamente uma alusão aos grandes produtores de petróleo.

O sistema todo depende tecnicamente da produção e extração de valor, correspondendo socialmente à exploração. São mecanismos gerados pelo sistema de poder com seus fundamentos políticos. No relativo aos econômicos, o sistema social de extração de valor se irradia por meio da reprodução e da circulação do

20 Representa as diversas margens de atraso tecnológico que são absorvidas pela desigualdade na concorrência ou que são instigadas por estratégias de mercado.

21 Obsolescência foi um conceito posto em circulação por John K. Galbraith cujo mérito precisa ser reconhecido.

capital e utiliza modos sistêmicos de extração de valor (que é uma leitura desse problema a partir de Marx).

No processo de aprofundamento do capital, há um aumento mais que proporcional do capital financeiro que do produtivo, resultando em um diferencial de velocidade de circulação dos componentes do capital. Esse diferencial se aprofunda, com o capital financeiro se tornando a instância de decisão final sobre reprodução do sistema. Mas o capital financeiro necessita da operação da produção para se reproduzir. O agravamento dos problemas de reprodução do capital financeiro resulta em perda de capacidade reprodutiva do capital financeiro. Esse fenômeno é a entropia financeira.

A revelação da entropia financeira abre a porta para uma investigação sobre a dinâmica do capitalismo monopolista financeirizado, que tem duas referências iniciais: a entropia financeira e a mais valia sistêmica. As duas perfazem um panorama de tendência inercial à estagnação. O que entendemos por entropia financeira é uma expansão dos meios financeiros contra uma mínima de oportunidades de aplicação que reponham o valor gasto. Resulta em concorrência por oportunidades de aplicação e em capacidade das empresas para criarem oportunidades rentáveis de aplicação. Por sua vez, o que se entende como mais valia sistêmica é a que os capitalistas obtêm por induzir investimentos públicos direcionados para subsidiarem seus capitais.

Ver-se-á adiante que essa é uma estagnação condicionada por situações cíclicas, que também requer nova análise. As economias dependentes tendem a estagnação por sua incapacidade de direcionarem sua formação de capital de modo funcional aos seus sistemas produtivos. É o efeito final da internacionalidade da produção.

Os pressupostos desse vaticínio são dois: um processo de contração da demanda causado pelo desemprego; e um concomitante crescimento da economia parasitária. Assumindo que a pressão da demanda bélica é uma anomalia internalizada, que se tornou necessária à economia do capital monopolista, mas pode

ser eventualmente contornada, permanece o problema orgânico da produção social de valor e de seu aproveitamento social. São relações de causalidade que mostram que a produção social de valor tem que ser tratada como um processo histórico e não como um problema conceitual (significa ler Marx a partir de Hegel). O valor social surge de uma produção social historicamente situada, sujeita às condições humanas da produção. Incita investigações sobre as necessidades sociais e as possibilidades políticas da economia. Em suma, há razões práticas para uma revisão da teoria do valor, que não é simples atualização, mas um redirecionamento necessário para um tratamento realista da Economia Política.

O PROCESSO DO CAPITAL

O capital como tal

Para um estudo realista, impõe-se entender a realidade do capital em sua condição histórica. Capital é o valor social acumulado com capacidade produtiva no sistema vigente de produção, o que quer dizer, reintegrado em formas de produção articuladas no mercado. Há capital que entra e que sai do sistema e quando sai aparece como entesouramento. Não há capital que se reproduza sem um mercado de apoio. Em sua organicidade, o capital muda continuamente de valor, dividindo-se entre um componente que aumenta de valor e outro que perde valor em cada um de seus componentes e em sua organização.

A constituição do capital é dada por um sistema de poder que controla a oferta dos capitais que precisam ser aplicados, junto com o engajamento de trabalhadores na produção e a exploração de recursos naturais. O modo de funcionamento do capital determina as condições de vida das pessoas na sociedade moderna. A operacionalidade do capital se realiza pelo modo como ele aciona produção e distribui renda entre as classes sociais.

Hoje é preciso ir além das classificações de Marx em capital imobilizado e financeiro. A distinção entre capital fixo imobilizado e capital financeiro não dá conta da realidade em que há variadas condições de imobilização do capital aplicado; e variadas condições de liquidez do capital financeiro. A regra geral do capital é liquidez, que pode ser superior, inferior ou igual à média do mercado. Daí derivam vantagens ou desvantagens de liquidez que

sustentam diferenças de velocidade que ensejam oportunidades de ganho. O lucro financeiro se realiza como exploração do sistema produtivo, como uma sobre-exploração.

Assim, o capital, em geral, é uma síntese de condições concretas de capital do mesmo modo como o trabalho abstrato é uma síntese de determinada variedade de formas concretas de trabalho. O capital é uma síntese de situações concretas de capital que ligam um conjunto de representações de valor a um conjunto de oportunidades específicas de aplicação. Destarte, em cada país e em cada momento, há sistemas específicos de capital que têm determinado poder produtivo por representarem o domínio de determinadas tecnologias e contarem com determinada experiência dos trabalhadores. Nesse sentido, toda a energia humana aplicada é trabalho, desde a chefia do governo e de empresas aos trabalhadores braçais.

A situação específica do capital é um momento de uma trajetória histórica do processo do capital que é um processo plenamente determinado. A determinação do processo do capital surge da inércia do desenvolvimento do trabalho e do mercado; e do arco de possibilidades de aplicação que garantem sua reprodução. Não é um determinismo, mas é um ambiente de possibilidades limitadas. Por fim, como toda a operação do capital é humana, é preciso admitir que está exposta a variadas interferências de irracionalidade.

Dualidade entre capital nacional e internacional

O capital utiliza as estruturas nacionais como plataformas, mas não está contido nelas. Na sociedade moderna, o capital opera nas esferas nacionais e internacionais, variando segundo a dinâmica do mercado²². O que está em pauta é a explicação

22 Necessário superar a rejeição de Marx à dimensão nacional do capital que é sua base efetiva de controle social.

do mecanismo que liga os movimentos da circulação dos capitais com sua reprodução. Nas condições operacionais concretas dos capitais, é preciso separar os movimentos da circulação básicos dos de recomposição das forças produtivas²³.

A análise econômica ortodoxa toma o conceito de capital como subentendido, alegando, como John Hicks e Paul Samuelson, que trabalha com a conceituação austríaca – o principal que se pode emprestar – mas de fato trabalha com a conceituação de David Ricardo que é objetiva e estritamente local, incidentalmente nacional. Para a economia de hoje, ela não é errada, mas é insuficiente para dar conta da complexidade do sistema produtivo. Ricardo viu o capital como um valor nacionalmente constituído, que podia ser apresentado como uma síntese estrutural de equipamentos, instalações e inventários. Marx viu o capital através da operação do capital no mercado²⁴, mas passou por alto a inter-relação entre a esfera nacional e a internacional. Paralelamente, sobre a eficiência do capital Jean Baptiste Say fala em capital produtivo e improdutivo. Rosa Luxemburgo vê o capital por sua ação, na circulação e na reprodução. Porém, Marx viu o movimento da totalidade concreta do capital, que abrange as esferas gerais que são internacionais, e as subordinadas, que podem permanecer nacionais. Marx viu a contradição entre a captação de valor pelos capitalistas por meio do controle do trabalho e a impossibilidade de controlar a reprodução do capital, que coloca a acumulação privada como incerta. Ela se compara com a captação de valor pelo Estado que tem aplicações definidas, sejam socialmente úteis ou deletérias. O capital privado compensa essa incerteza por meio da exploração e pela estratégia de transferir riscos para o governo.

23 No livro II de *O Capital*, Marx trata exaustivamente do mecanismo que envolve a rotação de mercadoria-dinheiro-mercadoria e, na parte da rotação do capital em suas formas financeiras e físicas, desenvolve a teoria dos circuitos entrelaçados com diferentes velocidades.

24 Karl Marx, *Grundrisse* (2004 [1857/1858]).

Há de fato um jogo não reconhecido, de usar o mercado para garantir retorno. São diferentes objetivos de análise. Marx explicou o movimento da totalidade concreta do capital e deixou que a visão da mecânica do processo do capital definisse a tendência à instabilidade do sistema do capital. Mas Marx também viu que a lógica do capital é a concentração, que os pequenos capitalistas tendem a ser absorvidos. Hoje é preciso retomar essa pista para registrar os efeitos acumulados da militarização da economia e do desemprego.

Mas para chegar ao movimento do capital hoje é preciso avançar na dinâmica do mercado, onde estão as oportunidades de aplicação. Nesse caminho, passa-se pela contribuição de Rosa Luxemburgo, que focalizou no processo de reprodução do capital, cuja raiz mercantil expôs.

O problema que surgiu, desde então, surge da articulação entre as esferas da circulação e da reprodução como mediação do ciclo de produção e consumo. O estudo da circulação torna-se essencial explicar as condições da formação de capital e o movimento de exploração do capital financeiro sobre o sistema produtivo.

A relação essencial entre o capital moderno e o ultramoderno

A diferença essencial entre o capital antigo, essencialmente mercantil, o capital moderno, manufatureiro e industrial e o ultramoderno, essencialmente financeiro, está nos modos de apropriação de infraestrutura na montagem de sua capacidade de se reproduzir.

Os modos modernos do capital se sobrepuseram aos antigos transformando-os em componentes dominados. Por fim, o capital financeiro exerce controle indireto sobre as formas de produção material e imaterial. Assim, tratar do capital em seu modo atual significa tratar do processo orgânico do capital em sua dialética de renovação tecnológica e de qualificações. O movimento geral de

modernização envolve as articulações entre as dimensões econômica, social e política, que se materializam em modos ideológicos e culturais, resultando em condições de identidade e de alienação.

Hoje, por sua irradiação nos modos de vida, o capital precisa ser avaliado pelo modo como participa da vida social. Em seu desenvolvimento, o capital desenvolve funções, passa da esfera do mercado para a do cotidiano penetrando no modo de vida das pessoas que se tornam reprodutoras do capital quando substituem seu trabalho para atender suas necessidades pela compra de mercadorias. Assim, em sua funcionalidade atua, por ser a expressão da materialidade do sistema social, o capital define as relações entre as pessoas ligando as formas de vida material definidas pelo consumo com as formas culturais, onde constam as ideologias e as tradições sobre o fundo psíquico. Assim em seu movimento de autossuperação, o capital enfrenta o desafio de se renovar essencialmente e não só em suas formas operacionais. Não se trata dos produtos bancários, mas do modo como a operação bancária induz os rumos do sistema produtivo que substitui formas de consumo e ideologias, o capital representa a genética social com suas expressões de pluralidade sociocultural e unidade e diversidade política no plano nacional. Daí a necessidade que a análise social combine as dimensões internacional e nacional do capital.

O modo operacional do capital: a dialética entre sistema produtivo e sistemas de apoio

Em sua evolução, em sua tecnificação, o sistema produtivo desenvolve sistemas de apoio que têm componentes de infraestrutura econômica, basicamente de água, energia, transportes e comunicações; e componentes de superestrutura que são saúde e educação. É uma relação que se desenvolve na escala nacional com ramificações internacionais pela internacionalização dos sistemas de serviços. A interpenetração dos sistemas, entretanto não exclui os processos nacionais do capital que são o fundamento do imperialismo. Assim, no momento histórico da predominância

do capital monopolista, há um novo nível de complexidade, com novas condições de competência para os diferentes gestores do capital. A diferença entre gestão de dinheiro e gestão de produção passa para outro nível em que se confundem a macro e a microeconomia, onde há uma assimilação entre os diferentes níveis de complexidade do capital.

Capital produtivo, improdutivo e parasitário

Este é outro ponto em que é preciso se distanciar de Marx. Como o capital é uma grande contradição de interesses, a efetividade da operação do capital é igualmente contraditória, pelo que não pode ser medida por sua contribuição à acumulação que também é contraditória, contradita por forças sociais contidas pela exploração. O capital é produtivo pelo modo como contribui para a reprodução social, quando contribui para manter ou agravar a exploração, ou para reduzi-la.

Distinguiremos a eficiência mecânica dos diversos capitais individuais em seu movimento de reprodução de sua eficiência sistêmica que é necessária para concretizar sua reprodução. Na prática do sistema, a plena eficiência é um limite parcialmente alcançado; e as margens de sucesso indicam a efetividade dos capitais para se reproduzirem. Decorre, portanto, a necessidade de uma explicação da relatividade da eficiência dos capitais em sua reprodução. O inverso será uma teoria do erro na produção social do capital.

O capital financeiro

Na primeira parte, além de expor o dinheiro como a verdadeira mercadoria, aparece o tema da velocidade da circulação que teria dois níveis, o da maleabilidade da mercadoria dinheiro e o de seu condicionamento por estruturas tecnológicas. Em sua forma moeda, a representação das moedas depende de sua conversibilidade, pelo que o controle do sistema monetário surge do controle

da conversibilidade das moedas. Descobre-se que o dinheiro é uma mercadoria de valor artificial, que pode ser desativada por decisões não econômicas da esfera política.

Ao abrir essa temática, Marx mostrou o sistema capitalista como um conjunto de circuitos de diferentes velocidades que operam diferentes formas de produção²⁵: foi seu principal achado. Nesse desdobramento da teoria do capital, Marx lança uma teoria não declarada da modernização econômica sob a qual se encontra uma teoria do emprego. A questão é que em um sistema atingido por substituição de tecnologia, a circulação muda de órbita e de velocidade. Por isso, concretamente, não há como separar a explicação da rotação do capital da de sua reprodução. A reprodução é um âmbito de atividade em que os componentes do capital são reorganizados e atualizados, em que o descarte de componentes superados é compensado por componentes que garantem capacidade equivalente²⁶.

Os movimentos do capital têm um componente inercial, dado pela continuidade de investimentos em marcha, e outro gerado por opções que materializam os interesses dos capitalistas entre novas alternativas de aplicação. Aplicações produtivas e aplicações financeiras concorrem pelas mesmas capacidades de aplicação. Todos os movimentos do capital têm um significado social pelo que engajam trabalhadores e representantes do capital, que são os provenientes do bloco dominante que trabalham. Marx distinguiu a rotação do capital no funcionamento do cotidiano do capitalismo do movimento de translação que seria o da reprodução²⁷.

25 *El Capital*, Livro II. É como um sistema atômico com prótons e nêutrons gerando pontos, momento de conflito e ajuste.

26 Como mostra a teoria do acelerador de Roy Harrod, a exclusão de unidades mais antigas de um sistema como de navios ou aviões por outros mais novos significa substituição de capacidade e tende a significar incorporação de unidades mais eficientes que podem ser em menor número.

27 É a estratégia de redação seguida por Marx no Livro II de *O Capital* que não significa que esses processos não sejam simultâneos.

É um procedimento didático, mas é preciso esclarecer que a rotação não é um movimento linear e que compreende as diferentes velocidades dos capitais engajados em setores de alta e de baixa tecnologia. A rotação entre situações produtivas e especulativas acontece por conta das estruturas institucionais de cada setor, tal como acontece entre sistemas cirúrgicos informatizados e monocultura de cereais. Ao aumentar o componente de alta tecnologia, a rotação do sistema se acelera e se desvanece a diferença entre rotação e reprodução.

O capital está em contínuo movimento de forma e substância que responde pela preservação de seu valor. A qualidade operativa do capital se dá pela interação entre sua forma de imobilizado aplicado e seu financeiro aplicado na esfera monetária. A relação entre as formas do capital se dá por meio do mercado que não é mais que a esfera das trocas em que todos os ativos inclusive as empresas são mercadorias.

Neste estudo, será necessária uma incursão sobre os processos do mercado na modernização do capital.

As transformações do sistema do capitalismo desde a segunda metade do século XX são maiores e mais complexas que apenas técnicas e alcançam ao sistema de poder em seu conjunto, envolvendo os componentes institucionais e ideológicos do sistema de poder em seu conjunto. São movimentos mundialmente abrangentes que modificam a capacidade de se reproduzirem dos sistemas. Não há como ignorar que se trata de movimentos necessários, complexos e profundos que em seu modo de atingir a divisão internacional do trabalho condicionam a capacidade das diversas nações de superarem as tendências prevalentes de subdesenvolvimento.

As revoluções de ciência e tecnologia ocorridas nesse período reforçam as tendências principais de concentração do capital e de capacidade de acumular, determinando a disputa central por hegemonia e determinando bloqueios às tentativas de desenvolvimento dos países periféricos. Sob a pressão de condicionamentos dos interesses financeiros, assim como tendo que

operar em mercados que se encontram sob a pressão de diferentes graus de monopólio, os grandes capitais operam com mecanismos de reserva de mercado²⁸. Como se trata de um sistema que opera por meio de controle monopolista de consumo, tornam-se defasadas as teorias baseadas em mercado de concorrência aberta. O que está em pauta são os controles políticos e institucionais das opções de investimento necessários para a reprodução do capital.

A principal mudança do capital desde o último quarto do século XX é a predominância do capital financeiro ou é a expansão da esfera financeira no movimento geral do capital. Quando se vê o capital como uma totalidade em transformação, encontra-se que sua transformação é a síntese de seus componentes. Por isso, impõe-se reconhecer que a financeirização do sistema do capital é parte integrante da produção de valor. Igualmente, a distância entre o circuito financeiro e o da produção material abre espaço para áreas de produção que podem ter espaço imediato de mercado, mas não contribuem para a reprodução do sistema. É a produção de serviços suntuários que constitui um campo de produção parasitária que solapa a competitividade do sistema.

Como consequência desses movimentos, no funcionamento atual do capitalismo apresenta-se o problema da moeda e da esfera financeira, em que a moeda não é mais a do tempo de Marx nem mesmo do tempo de Keynes e em que o funcionamento da esfera financeira depende da internacionalidade. Não só a fluidez da moeda na determinação dos mercados como a propriedade do capital.

O sistema funciona sobre condições de conversibilidade das moedas e sob o peso do endividamento que condicionam a rentabilidade do capital financeiro. Essa é a medida de comparação entre os investimentos, onde a administração financeira do

28 A teoria de graus de monopólio de Michal Kalecki cobre uma característica do capitalismo avançado, em que são concomitantes capitais com diferentes níveis de tecnologia e capacidade de atualização. A unidade dos diversos capitais é fornecida pelo sistema de exploração do trabalho.

sistema do capital compara a rentabilidade do capital aplicado – comprometida por seus prazos de aplicação – com a rentabilidade do capital financeiro entre custos de tempo de aplicação e liquidez imediata. No sistema internacionalmente articulado, a verdadeira regra do capital é a rentabilidade líquida do capital em geral que surge de seus custos de reprodução, que são postos pelo peso do endividamento. O problema geral do endividamento no sistema de produção capitalista foi denunciado no início da década de 1960 (ABRAMOVIC, 1961) quando se elevavam as taxas de juros. Ganhou força no fim da década seguinte, quando os Estados Unidos assumiram a securitização da dívida internacional e transformaram o dólar em moeda mundial (MIRANDA, 1998). A universalização do dólar e o consequente controle da taxa de juros determinaram um ambiente geral de negócios em que se formaram diferentes ciclos de endividamento das nações, das empresas e das pessoas. O vórtice do endividamento é o compromisso de dívidas impagáveis, entre países e sistemas internacionais e entre os Estados nacionais e as sociedades nacionais. O complexo mundial do endividamento é o subsolo do sistema internacionalizado.

O PROCESSO SOCIAL DO TRABALHO

Identidade e resiliência do trabalho

a. A perspectiva conceitual

Trabalho é toda atividade social significativa que atende a necessidades e gera um excedente de valor que se converte em capital quando é reintegrado ao sistema produtivo. Na consolidação de um sistema produtivo, distingue-se o trabalho livre, que permanece sob controle de seu produtor e o trabalho que se torna mercadoria quando é vendido por seu produtor a um contratante cuja presença se dá por ter capacidade para captar trabalho. A captação de trabalho pode ser pela força ou por contrato, onde o contrato também soe ser uma forma de coação. O movimento de subordinação do trabalho se completa com a expansão e transformação do capitalismo, quando se adapta a mudanças de complexidade. Mas as contradições que se acumulam no processo do capitalismo levam a uma divergência entre acumulação de capital e emprego, onde a lógica do capital consiste em requerer mais trabalho e menos trabalhadores. O sistema convive com uma tensão crescente pela demanda de emprego, por maior número de pessoas demandando ocupação, implicando em uma degradação das condições de trabalho, um aumento do número

de pessoas dependentes. Dessa pressão básica, derivam estratégias de sobrevivência dos que precisam trabalhar, pressões dos capitalistas para que o Estado assuma a brecha, que pode ser por repressão ou assistência social. A tendência ao colapso tem sido contida pelo fator bélico, que justifica numerosas forças armadas e pelo desenvolvimento de um setor parasitário que distribui emprego e renda.

Mas o trabalho sobrevive ao capital porque o capital precisa de trabalho para se reproduzir, enquanto o trabalho pode se tornar independente e tem sido empurrado a encontrar modos autônomos pela tendência geral ao desemprego. É a versão capitalista da relação entre senhor e servo. A possibilidade de controle do capital sobre o processo da produção depende de seu controle de tecnologia, enquanto a possibilidade de independência do trabalho depende de seu controle de qualificação. Assim, a chave do processo da relação capital/trabalho está na apropriação de ciência e tecnologia. Nesse sentido, o essencial é a criação de aparelhos de defesa do capital, dentre os quais se destaca a mercantilização da educação, que desenvolve uma educação privada mercantil e infunde critérios privados na educação pública, que separa objetivos gerenciais do ensino de objetivos sociais. Nesse contexto, a privatização do ensino é essencial para o domínio do capital privado sobre o sistema social da economia.

b. A perspectiva histórica

Trabalho é a mobilização de energia humana, por isso é uma questão humana por excelência. Os esforços para sobreviver, que continuam sendo realizados pela maioria da humanidade, são trabalho essencial. A mobilização de trabalho pelo poder é trabalho coagido; e o sistema social moderno compreende combinações de formas de trabalho organizadas pelos sistemas do capital e dos Estados com componentes de trabalho controlado e com componentes de trabalho associado e independente. Dessa pressão

básica, derivam estratégias de sobrevivência dos que precisam trabalhar, pressões dos capitalistas para que o Estado assuma a brecha do emprego. A tendência ao colapso tem sido contida pelo fator bélico que justifica as numerosas forças armadas e pelo desenvolvimento de um setor parasitário que gera emprego e renda.

Na pressão do capitalismo monopolista, a dinâmica da exploração passou a condicionar a do trabalho. Para poder explorar, o capitalismo promoveu trabalho para atender à expansão do consumo. O movimento do capital para criar empregos nos setores supérfluos foi corroborado pelos movimentos das nações belicosas para manterem efetivos militares que só se justificam pelo ambiente de pré-guerra que é o da disputa mundial de hegemonia. O movimento geral de desemprego parte de um reajuste de mercado, mas encontra massas de emprego incorporado na reprodução do capital.

c. A perspectiva prática

A prática do trabalho é o horizonte de tempo dos trabalhadores que se classificam entre os que têm rendas garantidas e os que dependem de rendas incertas, entre os que têm alta probabilidade de ocupação e os que dependem de ocupação incerta e entre os que podem escolher entre trabalhos e os que têm que aceitar o trabalho que aparecer. A sociedade está dividida entre os que têm perspectivas de renda garantida, os que têm rendas proáveis e os que vivem sob total incerteza de renda. Certeza e incerteza, sustentação de nível de renda e quedas de renda estão entre apego a tipos de trabalho em que há meios de conhecimento de mercado e necessidade de mudar de ocupação, que são problemas que costumam incidir para os migrantes, mostram uma variedade de condições informais dos mercados de trabalho que constituem as regras não escritas das condições de ocupação, nas quais pesam relações familiares e comunitárias como mecanismos de defesa.

A divisão do trabalho

A divisão do trabalho é o princípio geral explicativo do funcionamento do sistema do capital, que deve ser vista em sua real dimensão de processo de organização do trabalho²⁹. Em sua versão original formulada por Adam Smith, aparece como um modo de eficiência do trabalho que funciona sempre e quando houver uma demanda suficiente para absorver os aumentos de produção. É a troca de qualidade por quantidade, onde sempre ficam núcleos de qualidade que são preservados como mecanismos de poder. Mas só pode haver divisão do trabalho quando o promotor da produção tem pleno conhecimento do produto que se dispõe a produzir. Na visão histórica crítica de Marx, a divisão do trabalho é, principalmente, um modo de controle dos trabalhadores. Em uma abordagem atual e em que se consideram desigualdades entre os modos de participação das nações mais ricas e das mais dependentes, há um recorte internacional do problema que é a herança dos sistemas colonialistas. Na medida em que o sistema do capital se internacionaliza, os efeitos da divisão do trabalho se difundem seguindo os diferenciais de salário entre países.

Na mecânica da sociedade do capital, a divisão do trabalho avança até o limite da expansão da demanda que justifica essa especialização. Vale a pena produzir móveis de boa aparência e baixa qualidade para atender a demanda de grupos de rendas médias e baixas, mas a produção de bons móveis de materiais selecionados e produzidos artesanalmente vai para um público restrito capaz de pagar pelo tempo que eles contém. Há, portanto, uma relação entre a divisão do trabalho e a distribuição da renda cujos efeitos se focalizam na parte da sociedade que recebe salários.

29 Acerca da divisão do trabalho, ver André Gorz *A crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

A divisão do trabalho é um princípio de aplicação variável, que pode ser levada a suas últimas consequências em indústrias de alta tecnologia, mas não tem maior sentido na produção de roupas e sapatos de alta qualidade e não tem lugar na produção de obras de arte. Infere-se que a divisão do trabalho funciona para produção em massa e não explica a produção seletiva de bens de alta qualidade em que impera o trabalho artesanal.

Como as posições relativas dos salários podem flutuar e têm flutuado de fato em termos relativos entre países e regiões, os efeitos sociais da divisão do trabalho não são sempre visíveis. Descobre-se que a divisão do trabalho é inteligível quando colocada em sua situação histórica. O essencial é a divisão internacional do trabalho em que as nações exportadoras de capital se reservam aos segmentos centrais das linhas de produção e transferem os subordinados para as nações dependentes, chegando a transferir fábricas inteiras. Esse mecanismo internacional que foi desenhado por Raul Prebisch, na doutrina dos termos desfavoráveis de intercâmbio nas relações centro-periferia, funciona como transmissor de desigualdade nas relações internacionais desiguais. Vê-se que o essencial da divisão do trabalho é o controle financeiro das cadeias de produção que permite essa otimização das distribuições das partes da produção.

Esse movimento se traduz em aspectos culturais do processo. Dada a rigidez das relações entre países dominantes e subalternos, a divisão do trabalho é um modo de mostrar como as nações dependentes não conseguem sair de sua situação de dependentes. Nesse contexto, a divisão do trabalho não é uma questão geral, mas é o princípio que explica o mecanismo de subalternização que relega muitos países a uma posição de dependência crônica.

À luz de uma revisão dos processos de modernização e de industrialização, a divisão do trabalho tem sido a regra imposta pelos países que controlam a renovação da tecnologia e o financiamento. Nesse contexto, a divisão do trabalho é a regra da dominação que se vê, por exemplo, quando uma empresa espanhola

ou portuguesa assume controle de um empreendimento no Brasil e reserva os melhores postos de trabalho para seus nacionais do mesmo modo como os holandeses faziam na Indonésia na década de 1950.

A divisão do trabalho é uma manifestação da força que conduz os processos do mercado que é o poder econômico, cuja realização depende de demanda. Só vale a pena insistir em quantidade quando há quem compre. Por isso, o grande desafio do capitalismo é induzir demanda. O sistema circularmente determinado é de fato um processo de divisão do trabalho que se amplia em extensão e em profundidade, que estabelece as condições em que as pessoas podem participar da produção. O modo geral de circularidade responde pela genética da divisão do trabalho, no movimento geral de desenvolvimento do sistema produtivo.

O processo de divisão do trabalho prosseguiu nas formas avançadas do capitalismo gerando diferenciações no campo dos capitalistas, aprofundando as diferenças entre controle de capital e gestão de empresas; e no campo do trabalho, onde se alargam as diferenças entre trabalhadores capazes de determinar sua renda, trabalhadores capazes de garantir ocupação e trabalhadores dependentes.

A unidade interna do trabalho

O trabalho se situa em condições de realização que são as que definem o modo de produção, e se coloca entre a qualificação e a independência dos trabalhadores. Todo trabalho se encontra em uma posição histórica específica que define o valor que se reconhece ao trabalhador. São diferentes remunerações para um alfaiate com a mesma qualificação em Salvador, em Paris e nos emirados árabes. A qualificação tem aspectos objetivos junto com aspectos culturais. Na leitura econômica do trabalho, o conjunto das necessidades de trabalhadores qualificados se compara com padrões de qualificação onde também há requisitos variáveis. Essa variedade afeta as condições de remuneração, em que a renda

monetária se completa com condições de segurança. Na variedade de formas de trabalho, desde as diretas às indiretas, da física à intelectual, há escalas de qualificação dos trabalhadores em renda e em liberdade.

OS SISTEMAS DE PREÇOS

O tema dos preços surgiu como parte de uma teoria do mercado. A teoria oficial sempre admitiu que há preços naturais que são os formados em condições de concorrência entre equivalentes. Alterações nas condições de concorrência determinam preços controlados (JOAN ROBINSON, 1931). É a base das teorias do oligopólio (STAKELBERG, 1937; FELLNER, 1967) e de graus de monopólio (KALECKI, 1936). A teoria dos preços estava ligada a uma teoria das formas de mercado, tais como concorrência perfeita, oligopólio e monopólio. Hoje, ao reconhecer que há processos de mercado com formas transitórias, impõe-se pensar em preços progressivos. Há tendências seculares dos preços dos cereais, das carnes e dos aparelhos domésticos. Na oposição entre qualidade e quantidade, estão preços de mercadorias especiais, como conhaque e uísque.

Hoje é preciso reconhecer que: [a] o mercado, em geral, está constituído de vários espaços de mercado com variadas condições de articulação; [b] a articulação geral pelo mercado financeiro está em crise; [c] as empresas precisam operar sobre a previsibilidade dos mercados.

Os preços são a expressão do valor em mercado. Não há mercado sem preços. Os preços fornecem a comparabilidade entre as mercadorias, pelo que estão no centro da organicidade do sistema produtivo. Verifica-se que os preços específicos surgem do movimento geral do mercado, onde acontecem variações de

eficiência – produtividade e rentabilidade – e efeitos de transferência, como entre inovações em ferramentas que afetam os custos de máquinas. Esses efeitos interativos são acionados pela absorção de tecnologia, que em última instância é um problema de qualificação. Aqui consideramos qualificação como um problema estrutural das empresas que começa com a qualificação dos dirigentes e se distribui nas qualificações dos trabalhadores, onde todos têm alguma qualificação.

A aceleração da substituição de tecnologia modifica o perfil tecnológico da economia e cria mapas objetivos de preços que não se confundem com curvas de indiferença que exprimem a subjetividade dos compradores³⁰. Assim, há um aspecto aparente do sistema de preços que aparece, por exemplo, no comércio varejista; e um sistema real de preços que compreende preços diretos e indiretos, que contrasta custos correntes com custos de oportunidade³¹ e permite estabelecer preços sombra³² nos cálculos de eficiência do capital.

Em sua necessidade de determinar políticas de reprodução de capitais, as empresas precisam trabalhar com preços reais ou ainda, administrando as diferenças entre preços imediatos e preços reais. Os preços reais surgem de compras efetivas e de intenções de compras, como no mercado de combustíveis; e de efeitos condicionados de mercadorias afins, como entre café e chá. Os mecanismos indiretos de formação de preços envolvem custos de oportunidade, como na taxa de extração de madeira de um bosque.

30 A noção de curvas de indiferença e de mapas de indiferença foi uma contribuição de John Hicks válida para explicar sistemas com progresso técnico neutro. Não serve para sistemas que recebem influências externas de preços de monopólio.

31 Custos de oportunidade são os de não fazer investimentos necessários como não consertar o telhado antes das chuvas.

32 Preços sombra: diferença entre preços reais e preços em concorrência livre que são artificiais.

Como os sistemas de preços são de conjuntos de mercadorias historicamente situados, descobre-se, primeiro, que são sistemas com oportunidade e duração definidas, que não se repetem; e segundo que as empresas precisam ter uma política de preços que cubra sua expansão necessária³³. O custo de oportunidade indica a competitividade das empresas³⁴.

Os preços se formam segundo a organização do mercado. As transformações do sistema em variedade e duração das mercadorias definem movimentos dos preços independentes dos ofertantes e dos demandantes. O preço do bacalhau que é essencial para a Europa Ocidental pode estar sendo formado por extinção de espécies sobreutilizadas e sem substituto.

Na economia atual, o jogo de preços sofre influências contraditórias das políticas de ocultamento de custos das empresas e da espionagem industrial, que resultam em surpresas de mercado. É o componente irracional do mercado que reforça a perspectiva defensiva dos ambientes de oligopólio (FELLNER, 1974) que requer ajustes táticos constantes e em que se põe à prova o talento dos dirigentes para controlarem o ritmo das inovações.

33 Aquela expansão sem a qual as empresas são expelidas do mercado.

34 Foi o argumento levantado por Paul Krugman em seu trabalho sobre a competitividade da economia norte-americana.

O ESPAÇO-TEMPO CONCRETO

Os sistemas sociais se desenvolvem em tempo e espaço e suas atividades econômicas são datadas. A teoria econômica formada a partir da corrente clássica constituiu uma generalização conceitual sobre referências empíricas limitadas à Europa Ocidental que, salvo escassas exceções, não se atualizou sequer com as experiências dos países colonialistas. Formou-se pela incorporação de teoremas, alguns dos quais complementares, com alguns contraditórios, constituindo um corpo de conhecimento com componentes consistentes e outros incertos. No conjunto, há um problema com a consistência lógica, outro com a fundamentação empírica e outro ainda, com a pertinência histórica, que tornam necessária uma crítica histórica.

A perda de sustentação empírica dá lugar a uma perda de consistência conceitual que compromete a validade da análise, antes mesmo da crítica histórica. A brecha de significado se encontra na contradição entre a situação espaço-temporal concreta dos sistemas econômicos e a abstração ilimitada da análise. Tal abstração subentende uma situação espaço-temporal neutra que não existe. Dessa falsa premissa, depende o pressuposto de equivalência de comportamento entre os diversos sistemas. Tal equivalência terá sempre que ser demonstrada em cada caso, dado que as relações

entre sistemas são assimétricas³⁵. Trocando em miúdos, a análise empírica nunca atualizou sua base empírica o que significa que ignorou a entrada de países no sistema econômico mundializado, ou ainda, que a análise empírico-analítica não controla sua base empírica. Finalmente, significa que a análise neoclássica opera sem base empírica consistente.

A visão sistêmica liga a história à lógica, descarta regras obsoletas, constrói conceitos e desenvolve uma abordagem dinâmica. Começa com Etienne Condillac³⁶, segue com André Marchal que desenvolveu uma abordagem de dinâmica combinando uma visão de historiadores com a visão de economistas³⁷. A visão histórica passou a incorporar as escalas de tempo reajustadas pelo descobrimento de civilizações mais antigas com influência sobre a formação das civilizações modernas. Por extensão, inclui a dinâmica do mundo primitivo até então ignorada.

O reconhecimento dos sistemas econômicos como sistemas concretos obriga a rever as condições históricas vigentes em sua formação. A concretude depende da real pluralidade dos sistemas. A teoria do capital precisa reconhecer situações reais em que se combinam diferentes estágios de desenvolvimento do capital com diferente complexidade, resultando em diferentes condições de efetividade que, por sua vez, correspondem a diferentes capacidades de reflexividade das sociedades. A unidade histórica dos sistemas resulta do modo como eles se articulam em conexões incidentais ou processuais.

35 Relações entre sistemas não podem ser reduzidas a espaços lineares porque precisam admitir alterações nas propriedades das variáveis.

36 Etienne Hervé de Condillac, *Teoria de sistemas* (1754).

37 André Marchal. *Méthode scientifique et Science économique* (1955). Marchal reconhece que a abordagem de Marx supera a clivagem entre macro e microeconomia, mas produz uma teoria da acumulação restrita à mecânica da economia [O Capital, L. III] onde reduz o papel da superestrutura, portanto, uma acumulação não histórica.

Assim, para trabalhar com economias específicas é preciso situá-las no espaço-tempo concreto em que elas acontecem. Todas as economias nacionais acontecem em um jogo de relações com outras congêneres e sobre processos internos de organização social. O princípio básico da dinâmica social da economia é a relação dialética entre a infraestrutura produtiva e a superestrutura com suas dimensões sociais – educação e saúde – e suas dimensões técnicas, que são energia, transporte e comunicações. Essa dinâmica reflete as desigualdades inerentes a cada um dos dois setores, onde, por exemplo, os sistemas de portos e aeroportos têm que avançar para que se possa instalar fábricas e residências.

A situação espaço-temporal qualifica a realidade econômica, mostrando como ela está composta de processos de diferente duração, que derivam efeitos progressivos sobre a duração e a efetividade dos capitais. O modo dinâmico da economia incorpora a erradicidade das relações entre coletivos em mudança concomitante com as mudanças técnicas³⁸.

Onde acontecem os processos econômicos e por quem. Os processos econômicos são realizados por pessoas cuja vida útil acontece em determinados lapsos de tempo, como parte de sequências de gerações, e que combinam a reprodução natural com variações por migrações. Os processos sociais da economia são de durações variadas. Assim, são processos que se realizam em horizontes de tempo variáveis, que são dados pelas combinações específicas de processos de curta e longa duração sobrepostos e interpostos.

Assim, os processos econômicos se realizam em horizontes de tempo variáveis e decrescentes, que são dados pelas combinações específicas de atividades. O horizonte efetivo de tempo

38 O aumento da participação de desempregados crônicos em comunidades de baixa renda implica em mudanças de comportamento nas relações com a criminalidade, com a política populista e com as diversas igrejas. Igualmente, o empobrecimento dos grupos médios de renda alarga o espaço para o clientelismo e para exploração consentida.

em qualquer ponto considerado é sempre uma composição de processos com variado grau de certeza, onde se combinam eventos plenamente previsíveis com outros afetados por incerteza. Combinam-se eventos prolongados previsíveis com outros imprevisíveis e onde há um papel do inesperado. A esfera do imediato é sempre um momento de processos em curso. Assim, no mundo dos processos sociais, a visão estática é uma aberração porque é uma simplificação sem fundamento.

Nesse mundo de processos, há eventos esporádicos que podem ter efeitos de longa duração como maremotos e onde a esfera do imediato é sempre um momento de processos³⁹ e não uma coleção de fenômenos aleatória. Assim, no mundo dos processos sociais, a visão estática é uma aberração, porque é uma simplificação sem fundamento. Nesse mundo de processos entrecruzados, as análises estáticas em economia e em sociologia são falseamentos da realidade, cujo poder explicativo está restrito a situações transitórias. Por conseguinte, a busca de explicações idôneas leva a perspectivas de dinâmica estrutural, o tornar-se de Hegel e de Prigogine que, entretanto, pressupõe um rumo. Implicitamente todos os sistemas progridem em um rumo que não está registrado nas taxas de crescimento, mas do qual todas as taxas são parte.

A teoria econômica enfrenta o problema da inevitabilidade de um rumo – inercial ou opcional - dos processos econômicos em qualquer trajetória, em que há rumos possíveis das trajetórias garantidas ou prováveis. Os rumos dos sistemas estão latentes nas taxas de crescimento cujo significado sistêmico muda segundo o momento em que elas acontecem. Um crescimento de 3% em uma economia como a chinesa que passou 15 anos crescendo a

39 Ver Ilya Prigogine, *As leis do caos*.

mais de 10% não se compara com 3% em economias que tendem à estagnação como a brasileira⁴⁰.

Essa questão dos rumos emerge da dinâmica de processos espaço-temporalmente situados. Rumos implicam em futuros possíveis e prováveis ou denunciam, uma contradição mortal do sistema. Toda taxa de crescimento é parte de uma trajetória e toda trajetória subentende um rumo reconhecido ou não. Os rumos dos sistemas implicam em limites que podem ser rígidos ou flexibilizados segundo a trajetória do sistema ganham ou perdem flexibilidade e segundo as políticas econômicas e sociais se adaptam a circunstâncias. Descobre-se a ligação orgânica entre a progressão da conjuntura e a adaptabilidade das estruturas. A observação. Do contraste entre a rigidificação das estruturas europeias depois da primeira guerra mundial explica sua dificuldade para resistir à expansão do nazismo e adiante explicou como o nazismo não foi capaz de acompanhar a modernização. O atual conflito entre EUA e Rússia descobre o inesperado que é o reerguimento da Rússia sobre tecnologias de ponta em informática que constitui o subsolo de sua potência militar.

O movimento geral de modernização implica em alterações na relação entre infraestrutura e superestrutura, ligando a absorção de tecnologia com as ideologias do progresso ou da imobilidade. A questão dos rumos, portanto, é a questão síntese em função da qual se pode reorganizar a dinâmica sistêmica.

40 Falta comparar o significado de 10% por expansão da capacidade produtiva da China com 10% de descoberta de petróleo na Guiana.

AJUSTE ECOLÓGICO

A condição ecológica

A dimensão ecológica é a contradição central da civilização material moderna que se revela na tendência geral ao esgotamento de recursos, quando se descobre a inexistência de recursos plenamente renováveis. De fato, sempre esteve latente e é a grande explicação da queda das civilizações. Foi deliberadamente abandonada como princípio explicativo da universalização da exploração incontrolada de recursos. O reconhecimento de limites sempre foi um privilégio dos grupos dominantes. É a aplicação planetária do princípio universal de entropia.

A percepção ecológica é antiga, com seus componentes darwinianos e da economia florestal do início do século XX, mas ganhou novos conteúdos com o desenvolvimento da ciência, que combina sua objetividade com o reconhecimento da complexidade das interações do mundo humano com os outros componentes da natureza. Reconhecer que a humanidade constitui uma sobrecarga no planeta é um dado e não há meios conhecidos para superar essa tensão, enquanto há perspectivas que ela aumente. O enfrentamento da tensão ecológica depende de uma decisão ecológica profunda que os atuais sistemas de poder não mostram capacidade para adotar. Com os meios disponíveis, a única alternativa é uma reversão completa em modos de educação que contrariaria todos os interesses investidos nesse setor.

A compreensão do modo sustentável

A sustentabilidade dos sistemas é um dado social e surge de uma regeneração sistêmica e não de alguma de suas partes. A preocupação com um modo sustentável surge da entropia natural do sistema de recursos e de seu agravamento pela civilização depredatória. Surge da recuperação de uma visão de totalidade progressiva do sistema social. Os problemas do todo se resolvem no todo e não em nenhuma de suas partes. Como a composição do todo muda ao longo do tempo, a sustentação refere-se às condições em que o movimento prossegue com a preservação de suas partes essenciais.

Para um crescimento prolongado da economia, trata-se da sustentação de sistemas de produção, em que os sistemas de consumo estão subsumidos nos sistemas de produção, ou seja, da sustentação do sistema capitalista de produção. A alegação que seja um tema novo, por envolver preocupações com o ambiente, é infundada porque sempre houve preocupação com a sustentação do sistema que é a preservação da riqueza alcançada, reconhecendo-se, entretanto, preservação da riqueza alcançada ou da capacidade para continuar crescendo. Daí, a diferença entre o nível macro, de sustentação do crescimento da economia, e o nível micro que se ocupa de formas de produção. Sustentação, finalmente, é do processo, implicando em absorver a expansão das formas em escala e profundidade, com seus efeitos em emprego e renda.

Com o aumento exponencial da produção industrial e a grande urbanização, há um aumento incontrolável da pressão sobre o uso de recursos e a produção de escória, ou de considerar os custos da reciclagem de escória. A partir de 1970, adotou-se o discurso ambiental com sua oficialização pelas grandes potências. Entre o Seminário de Founex em 1968, a conferência sobre o ambiente no México em 1971 e a de Estocolmo em 1972, consagrou-se uma linguagem antes de uma base conceitual da análise ambiental, desconsiderando-se o pensamento científico sobre o

tema. Na prática, separou-se o fundamento social do mecanismo técnico, procurando-se uma nova modalidade de neutralidade axiológica, que é o modo disfarçado de formar uma visão ambientalista dominante. As políticas ambientais tornaram-se mecanismos de controle internacional e as estratégias ambientais passaram ao segundo plano nas lutas do imperialismo, hoje concentradas na borda inferior do bloco euroasiático.

Mas os problemas de sustentabilidade do desenvolvimento referem-se à compatibilidade entre o perfil dos recursos disponíveis e o padrão de uso de recursos que, por sua vez, é determinado pelo controle social da tecnologia. Tais problemas variam ao longo do tempo para cada sociedade. Revelam trajetórias específicas e de adaptação segundo a localização das sociedades. A dimensão urbana é essencial nesse contexto por representar as concentrações de população e de infraestrutura.

Instrumentos conceituais

A questão ecológica foi descoberta pela economia florestal no período entre guerras e foi ativada por pesquisas geológicas desde a década de 1960, culminante com o informe de Founex em 1968, a conferência latino-americana de 1971 e a conferência de Estocolmo em 1982, seguindo ainda com a conferência de Kobe e de Rio 92. Geraram propostas de pesquisas e políticas mais formais que efetivas com uma resistência dos países ricos, especialmente dos Estados Unidos e do Japão.

Há uma diferença entre a abordagem científica e as políticas, nos fundamentos conceituais e na linguagem. A linguagem ecológica propriamente dita continuou sendo propriedade de pesquisas acadêmicas, especialmente em biologia⁴¹. No plano econômico, a noção de sustentabilidade surgiu com Harrod, com sua taxa de

41 Destaque especial para as obras de Eugene Odum, especialmente *Ecologia*, 1988.

crescimento garantido, que é o crescimento possível com neutralização de efeitos negativos. Para a economia é a relação entre a reprodução dos sistemas do capital e a dos sistemas dos recursos físicos. Implica em substituir a visão de domínio da natureza pela de adaptação da vida social à reprodução da natureza, descobrindo os modos específicos de reprodução dos sistemas naturais, com as conexões entre os sistemas vegetais e os animais.

Os custos sociais da preservação do ambiente

A progressão dos meios materiais operados pelo sistema de produção já resultou em esgotamento de recursos minerais e extinguiu inúmeras espécies animais e vegetais. Perdas em quantidade junto com perdas em diversidade, resultando em perdas sistêmicas que reduzem a capacidade de recuperação dos sistemas continentais. A distribuição mundial que seguia um padrão mundial do capitalismo colonialista passou a encontrar contradições no desempenho positivo de políticas defensivas, resultando em um quadro geral contraditório com reações ao movimento destrutivo geral. O saldo móvel dessa equação tem mudado de sinal em alguns de seus pontos críticos, como na Líbia e no Iraque, mas tem influências decisivas nas opções de desenvolvimento dos países sul-americanos.

A ENGRENAGEM DA PRODUÇÃO

A trama orgânica da produção

Em suas formas de aplicação produtiva, o capital precisa comparar retornos totais com tempo de imobilização, isto é, comparar retornos pretendidos com custos inerentes da imobilização. Entre o custo total de permanecer imobilizado e o risco de perda total em aplicação, o capital precisa encontrar o caminho entre retorno máximo possível e menor risco possível, que é apenas uma situação ideal porque toda aplicação envolve algum tipo de risco e todo retorno está sujeito a algum imprevisto. Essa equação básica do capital mercantil continua como a realidade submersa dos sistemas de aplicação financeira.

O capital opera entre os limites máximos e mínimos de velocidade que são possíveis nas condições de mercado prevalentes. A lógica do capital é procurar a máxima velocidade possível, que dá o limite máximo de captação de valor. É onde se instala a relação entre o sistema financeiro e o sistema produtivo. É a diferença entre a produção de cereais em que o capital gira duas vezes por ano e a operação financeira onde ele pode girar diariamente. Na operação do capital, há, portanto, uma relação entre massa e velocidade que resulta em acréscimos ou perdas do capital acumulado. A física do capital expansivo tem seus contrários na entropia do

capital sob perdas de oportunidades de se reproduzir e da entropia financeira do sistema, quando o capital financeiro perde sustentação no sistema produtivo.

A aceleração da operação do capital e o aumento de complexidade do sistema do capitalismo, nos últimos cem anos, obrigam a rever seu mecanismo central que é a dinâmica do capital. O grupo de economistas ditos clássicos, que se reportou ao capitalismo em ascensão, expôs a relação básica entre produção, distribuição e consumo. Marx mostrou os mecanismos de reprodução e de circulação do capital como mediações da formação de capital. Depois do esforço pelo desenvolvimento, torna-se imperativo tratar o circuito circulação-reprodução como mediação do circuito produção-consumo. É a relação entre a dinâmica interna do sistema e a externa em suas relações com sistemas organicamente diferentes.

Esses circuitos operam em sistemas em movimento que podem estar em expansão ou em contração, mas onde a sustentação depende de expansão. A contração do sistema, que aparece como uma crise operacional, tem efeitos inibidores do sistema que se tornam estruturais. Descobre-se que a relação entre movimentos conjunturais e estruturais é apenas superficial, que são dois aspectos da genética do capital. A visão histórica é a genética social do capital, que incorpora elementos de complexidade e de incerteza.

A aceleração desigual dos capitais sob processos de concentração de capital que se desenvolveram desde a segunda revolução industrial, acelera a reprodução do capital em geral sobre mudanças nos processos de mercado que alteraram a operação da esfera financeira. O sistema passa de operar em concorrência aberta para operar por oligopólios até chegar à predominância do capital monopolista. A condução do capital monopolista modifica o metabolismo do sistema e o papel indutor da reprodução do capital na reprodução do sistema do capitalismo em seu conjunto.

Esses movimentos tornaram necessário reconhecer os efeitos sistêmicos da intermediação constituída dos movimentos

interativos de reprodução e circulação como antecedente da dinâmica condicionada entre formação e acumulação do capital. O foco no sistema de intermediação como funcional à explicação do sistema de produção e consumo é parte da explicação a que se chegará da relação entre formação e acumulação de capital.

O sistema em seu conjunto tornou-se mais complexo e opera em circuitos de diferentes escalas de tempo. São acelerações desiguais de tempo de circulação orgânica entre a circulação e a reprodução do capital que indicam abalos na acumulação. Têm diferentes interações no mercado, agora impregnado das características do capital financeiro.

A circulação é acionada pelo sistema de interesses do capital aplicado, enquanto o capital financeiro líquido é o potencial de investimento. A circulação é ativada pela demanda de dinheiro composta dos requisitos das empresas e do endividamento, funcionando como retorno garantido do capital financeiro. Mas o movimento geral da circulação representa o capital financeiro líquido, inclusive com o componente de capital especulativo, que se situa acima das possibilidades de retorno garantido. Torna-se claro que a reprodução do capital convive com margens variáveis de riscos, que o risco é parte do movimento de reprodução do capital.

Assim, o grande circuito da circulação excede as necessidades do capital para reposição, criando uma brecha de oportunidades de investimento. Na perspectiva histórica, é preciso um esclarecimento adicional sobre a circulação. É preciso registrar as diferenças entre o sistema do capital com sua expansão garantida pela reprodução expansiva, do sistema do capitalismo, no qual as contradições sociais da esfera econômica se conjugam com as da esfera política. Trata-se da circulação do capital em sua totalidade, que incluía dos movimentos subordinados e colaterais aos do grande capital, que é uma ponte entre a esfera do capital e a do capitalismo, cujo papel se descobre ao examinar a reprodução.

Esse problema do setor de mediação passa para a esfera da acumulação, que carrega as incertezas acumuladas no trajeto do capital.

Por isso, o sistema opera sob crescentes pressões de incerteza. A crise do capitalismo tende a levar o sistema a uma indeterminação ligada à escassez relativa de capacidade para absorver o capital financeiro na esfera produtiva. É onde aparece a entropia financeira que incorre em desvalorização do capital financeiro.

Horizontes de confiabilidade e incerteza

Na economia, há uma relação entre antecedentes e consequentes que materializa a situação espaço-temporal do processo econômico. A necessidade da fundamentação realista relativiza e impugna a maior parte da análise empírico-analítica que se baseia em abstrações sem fundamentos empíricos suficientes. A função produção que é o principal artefato da análise estática, de fato, representa custos e vantagens em condições específicas de tempo e localização. O significado econômico de uma fábrica de cimento, ou de um hotel ou de uma alfaiataria, depende de onde eles se situam e quando, que indica como essas atividades interagem com outras que lhes são funcionais e como se define seu acesso a mercado.

As referências de tempo e espaço se vinculam a condições específicas de mercado, qualificando os antecedentes e os consequentes de cada ato de investimento e de consumo. Há um conjunto de antecedentes que constituem uma cadeia sequencial e se situa em um contexto de possibilidades qualificadas por informações e experiência. A qualificação na gestão do capital é essencial (MARSHALL, 926). Assim, todas as ações econômicas carregam a trajetória de custos que é a experiência do ramo de atividade, um quadro de informações prováveis sobre o futuro que surge da experiência, e uma capacidade interpretativa. Sem competência interpretativa, não há capacidade para selecionar informações, organizar e aproveitar estatísticas. Assim, o que sempre há são certezas relativas. A maior dificuldade da análise social, em geral, é identificar e controlar margens de erro (MORGENSTERN, 1967).

Os antecedentes podem ser plenamente conhecidos e confiáveis, mas o futuro sempre contém margens de incerteza e de indeterminação. Para a economia, o futuro tem a forma de previsões sintéticas que compreendem algumas altamente confiáveis sobre a atualidade e o futuro imediato; informações relativamente confiáveis sobre o médio prazo; e informações geralmente pouco confiáveis sobre o longo prazo. No conjunto, constituem um horizonte móvel como o que se vê desde uma cabine de avião.

Não há regras fixas sobre informações, e os modelos matemáticos estão entre os que geram respostas tautológicas e os que oferecem certezas relativas, que estão sujeitos a eventos inesperados ou que geram efeitos inesperados. A incapacidade de ver a realidade tornou-se o principal defeito da economia.

Como a análise econômica se realiza ao longo do tempo, mesmo que seja de um lapso de tempo selecionado, ela avança sobre um horizonte móvel de tempo concreto que induz alterações ou deslocamentos da base espacial. A teoria econômica formalizada, que é sempre um esforço de simplificação, tem dificuldade para registrar os efeitos interativos da dinâmica espacial que, entretanto, é uma restrição essencial do sistema de custos subjacentes nos investimentos. O lado espacial sempre foi o patinho feio da economia. A concretização da visão econômica em tempo real rompe uma barreira da macroeconomia estática que é como um vidro espesso curvo que distorce a imagem.

O sistema do capital se desloca no tempo sobre conjuntos de informações que são combinações de previsões confiáveis em curto prazo, relativamente confiáveis em médio prazo e principalmente incertas e indeterminadas em longo prazo, segundo informações de confiabilidade decrescente, margens de erro identificadas e previsões de incerteza.

O trabalho da teoria é explorar a realidade através da incerteza e não de negar a existência dela, assim como de reconhecer os componentes de irracionalidade e tratar objetivamente a subjetividade. Para isso, é preciso explicitar pressupostos e situar as análises no espaço-tempo real da história.

A CIRCULAÇÃO SOCIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO

Aspectos gerais

A circulação social compreende a da sociedade em seu conjunto e as do capital e do trabalho em especial. No funcionamento da sociedade, há uma circulação de capital, de pessoas e de cultura, sendo que a circulação de pessoas e de capital veicula a circulação de cultura.

A circulação pode ser considerada como o movimento chave do processo civilizatório, pelo qual se gerou uma dinâmica do mundo primitivo da qual emergiu a civilização. No mundo antigo, deu lugar às versões do antigo mercantilismo com a fertilização de relações interculturais. A interação entre Europa e Ásia que criou a civilização grega, ainda em estudo, é o exemplo mais famoso de uma série de processos que aconteceram em todas as partes do mundo e que se intensificaram, primeiro nos espaços privilegiados dos impérios e depois sob o impulso do capitalismo.

Para descobrir a complexidade do mundo social atual, é preciso restaurar o significado da circulação potencializada pela mídia, pelas empresas multinacionais, pelas migrações e pelo turismo, que junto com a fluidez do capital financeiro cria culturas de comunicação. Expande-se transformando culturas locais em mercadorias mundiais, como acontece com a cozinha italiana,

tanto como com as bebidas destiladas. A aceleração da circulação é a característica do mundo moderno, quando as culturas locais são impregnadas de influências externas. Nesse contexto, a circulação do capital, que é inseparável da circulação do trabalho, é o núcleo de movimentos que deslocam o sistema produtivo em um progresso material cujo significado social carrega a desigualdade inerente ao capitalismo.

A circulação do capital e do trabalho

Os mecanismos sociais de troca, desde as trocas simples às complexas, materializam-se na circulação de capital e de trabalho, que se realiza desde circuitos locais de bens e serviços essenciais até circuitos mundiais de bens de capital e de armas. A circulação se realiza com usos de capitais e de trabalho e induz produção e consumo. A expansão da circulação gerou o crescimento de economias pré-industriais que se desenvolveram com energia hidráulica e eólica e alcançaram elevado desenvolvimento tecnológico, com formas de produção limitadas por metalurgia. O limite da circulação pré-industrial foi dado pelas formas de energia na produção de bens de capital. A expansão da circulação na economia moderna se deu por meio da combinação de formas de energia. Assim, a circulação está associada ao conjunto de tecnologias incorporadas ao sistema, em que há tecnologias básicas e complementares constituindo blocos de tecnologia e definindo processos tecnológicos. Daí que não há progressos técnicos genéricos nem progressos técnicos neutros. Por extensão, toda renovação técnica está sistemicamente condicionada e a ideia de inovação é uma simplificação sem fundamento.

Com o aumento de complexidade dos sistemas, a circulação se torna o principal campo de operação do capital, que enseja usos de capital diferentes dos necessários para a reprodução do capital em geral, portanto, modificando a própria reprodução. Assim, no estudo da economia contemporânea, composta de diferentes composições de capital e com diferentes condições de circulação,

prevalecem condições sistêmicas com a complexidade da circulação geral.

É o que permite que os setores de alta tecnologia de informática desenvolvam espaços de consumo desnecessário. O componente de consumo desnecessário, que muda de composição com a elevação da renda e apresenta o turismo como um segmento inerente à sociedade internacionalizada e não mais como uma forma de consumo suntuária. Implica em controle das tecnologias básicas de cada ramo de atividade. Assim, desenvolvem-se sistemas em rede de circulação que avançam em complexidade com usos progressivos de dinheiro.

Esse mecanismo está condicionado pelos sistemas de controle de dinheiro, onde os governos são um componente de mercado dirigido.

O estudo da circulação, portanto, desemboca no estudo da economia do dinheiro na sociedade moderna, que se refere à engrenagem estrutural do sistema, onde a gestão do dinheiro passa da mediação local do dinheiro como mercadoria para a do papel do dinheiro como mercadoria mundial⁴².

Reencontra-se o tema visado por Marx, qual seja do dinheiro como tal como mercadoria essencial, com o condicionamento de moedas por sua conversibilidade e por sua abrangência. Sob as esferas da circulação das moedas, está sua capacidade de realizar a circulação mundial. É o movimento geral de desdolarização da economia mundial que está latente na aliança euroasiática.

Circulação cultural

Os eventos econômicos de circulação, que sempre envolvem capital e trabalho, de modo direto e indireto, são realizados em condições culturais específicas, em que contam a liberdade e a

42 Essa é a determinante do capítulo do dinheiro nos *Grundrisse* onde ele, pela primeira vez, apontou as mudanças de funcionalidade do dinheiro.

capacidade técnica dos agentes das transações. É o que faz com que as movimentações de capital e trabalho sejam superficialmente semelhantes, mas interajam com diferentes visões culturais do poder. Assim, convivem diferentes visões de racionalidade que parecem ser contraditórias, mas apenas revelam as diferenças culturais efetivas sob os sistemas de mercado. Por exemplo, a construção de novas cidades para grupos de alta renda, esmerando-se em edifícios mais altos, e que são projetos em sociedades desiguais como no Egito e no Marrocos. A reprodução cultural revela contradições orgânicas do capitalismo avançado que aparecem sob diversas formas nos países líderes e nos liderados, começando nos EUA e seguindo até os mais pobres como o Haiti.

A circulação do capital

Como o capital se realiza por meio da circulação de valor, a teoria da circulação do capital é o antecedente complementar da reprodução, que precisa ser reconhecido como um movimento progressivo que se expande por um incremento de complexidade, que assume a forma de espiral, em que os circuitos de produção utilizam valores crescentes. Na circulação, realizam-se as variações de velocidade do capital em que se desenvolvem setores de atividade que impulsionam os demais como tem sido o caso das indústrias de transporte, especialmente da indústria naval.

A teoria econômica burguesa foi toda direcionada para explicar a relação final entre produção e consumo, sem entrar no mérito de porque se produz e se consome e como se consome, como se o capital usado para produzir e para consumir fosse o mesmo. Marx investiu na explicação da circulação⁴³ para explicar o modo cíclico dos movimentos do capital, que é uma parte essencial da explicação da reprodução do capital, sem separar, entretanto, a estrutura mecânica do modo genético, isto é, sem explicar como se realizam

43 Karl Marx, *O Capital*, Livro II.

os processos concretos da reprodução. Esse é um ponto no qual é inevitável voltar, quando se reconhece [a] que o capital só se mantém em movimento; [b] que os movimentos do capital se fazem pela mercadoria dinheiro e [c] que são os diferenciais de velocidade que determinam os rumos da progressão dos capitais.

Uma possível explicação dessa tendência temática pode ser que a teoria foi elaborada em ambiente de acumulação ascendente, que só se percebe quando se compara com ambientes de acumulação contida ou descendente, quando se evidenciam as diferenças entre os objetivos inerciais do capital aplicado na industrialização da produção e os do capital parasitário.

Mas a circulação é o capital oculto do drama, que explica como o capital que financia a produção também financia o consumo. É a razão que explica por que o sistema precisa do endividamento. Explica por que os impérios levaram as colônias a se endividarem e por que a independência política é uma luta incessante contra a renovação do endividamento.

O mecanismo da circulação é a separação das funções produtivas, que passam a responder aos custos do financiamento antes que as previsões de receita que se estendem em um tempo superior ao dos períodos de produção.

O essencial é que a circulação separa os sistemas constituintes do sistema produtivo em função de sua velocidade operativa e não por seus efeitos estruturais, de fato dada uma funcionalidade ao sistema, tal como acontece entre indústrias de brinquedos e de peças de aeronáutica, ou entre financiamento de hotéis de veraneio ou de hospitais. Os diferenciais de velocidade favorecem o comércio de alimentos e bebidas mais que o de alta tecnologia que termina dependendo de demanda bélica.

Significa que há uma inércia do sistema do capital que define os rumos do crescimento da economia, que tacitamente implica em que mudar de rumo é uma operação que gera custos, portanto, vontade política.

Por isso, é preciso desenterrar a inercia inerente à combinação de repetição e inovação. O sistema é pressionado a se renovar.

No mundo do capitalismo, a reprodução do capital é a operação essencial em que se combinam a necessidade de uma reprodução repetitiva com a possibilidade de uma reprodução inovadora. A reprodução é uma operação limitada porque a inércia técnica do sistema carrega a experiência operacional que implica em margens de correção que têm efeitos inovadores com simples efeitos residuais ou com espaço inovador. Assim, a reprodução é uma renovação condicionada que carrega o peso da experiência, seja de uma competência passiva que se compara com a incerteza da inovação. A consequente rejeição de risco determina uma reprodução escalonada em que sempre se priorizam os componentes de maior risco.

A circulação do trabalho

Há uma circulação voluntária do trabalho resultante da mobilidade positiva dos trabalhadores e uma circulação coagida, determinada pelo modo operacional do capital. Essas duas condições se combinam em ambientes de trabalho plenamente livre e em condições de trabalho dependente, disfarçado em mercados controlados pela aliança de capital e política. Essas combinações prosseguem em economias de mercado dependente.

São condições herdadas do colonialismo e atualizadas. O capitalismo colonialista conduziu transferências de trabalhadores entre colônias e metrópoles, para trabalhar e para servir nas guerras imperialistas, que iniciaram fluxos de correntes migratórias que assumiram formas próprias e criaram redes migratórias, marcando modos de mobilidade compelida em um quadro de circulação do trabalho cujo saldo é uma diferença estrutural de circulação mundial do trabalho desde a Segunda Guerra Mundial. A mobilidade induzida de trabalhadores constitui hoje um componente essencial dos países europeus, dos países saxônicos e do Brasil e da Argentina. Por isso, hoje se impõem distinguir a circulação interna e a internacional que configuram alterações estruturais do mercado de trabalho. Com o agravamento da pressão do desemprego,

a mobilidade do trabalho espontâneo, que é a culturalmente induzida, e a compulsória, que é determinada por perseguições políticas e por miséria, constituem um componente estrutural da circulação de valor, pelas contribuições à produção social de valor e por seus efeitos na distribuição da renda.

Os processos do mercado

O processo de formação de mercado é o subsolo da economia monetizada. Mercado é o espaço de trocas entre ofertantes e demandantes de mercadorias sejam eles produtores ou não. A ampliação do mercado vai junto com o aumento da renda dos demandantes e da variedade de produtos. Historicamente, o mercado muda em extensão e em profundidade, o que quer dizer que se torna mais complexo, ou que as demandas são mais interdependentes. Também, que as mercadorias individuais são substituídas por sistemas de mercadorias, cada vez mais extensos e mais complexos.

A produção se realiza em mercado, isto é, uma coleção de bens e serviços com uma composição e uma qualidade de mercadorias é trocada por dinheiro e esse dinheiro por outra coleção de mercadorias. As mercadorias que chegam ao mercado dependem umas das outras, primeiro porque são parte de sincronia de tecnologias e segundo porque são parte de certas sequências de técnicas, tal como acontece na construção civil.

Na economia moderna, há um processo de transformação do mercado em que se manifestam três formas básicas de mercado, que são o mercado aberto, em que todos em princípio podem participar; o mercado de oligopólios, em que poucos fazem os preços e o mercado monopolista que é controlado por um único agente. Há um mercado de mercadorias produzidas e um mercado de trabalho em que se negocia o tempo de trabalhadores. Mas, nesse mercado de trabalho, os trabalhadores oferecem a mercadoria trabalho que só pode ser negociada sobre a base de um mercado de produção de mercadorias. Não se contratam pessoas para trabalhar

sem que haja mercadorias para serem trabalhadas. Para o capital, o trabalho tem valor para certas formas específicas de mercadoria.

As estruturas de mercado mudam de forma segundo evoluem as preferências por determinadas mercadorias e as escalas em que elas são negociadas⁴⁴. Não há pequena produção em petroquímica nem há grande produção em pianos. Assim, há uma seleção de mercadorias em função do modo como o mercado evolui. Mas entram mercadorias tais como sal do Himalaia e sal de Guanderde. No mercado do café, há uma distinção clara entre marcas comuns e marcas seletivas.

Mas como há uma tendência geral no sistema capitalista de produção no sentido de concentração do capital, o mercado tende a ser oligopólico. O mercado mundial se divide entre os grandes espaços preferidos pelas megaempresas e os espaços locais e menores de mercado que são ocupados por empresas nacionais e por empresas regionais e locais. Nos ambientes nacionais, repete-se a concorrência apoiada por relações privilegiadas com os governos que é o meio de acesso aos poucos grandes contratos.

A presunção geral é que a demanda mundial cresce seguidamente por crescimento de população e aumento de renda, sobre novos padrões geográficos dados pela ascensão dos países asiáticos. O crescimento da demanda carrega mudanças nos padrões de consumo, ao tempo em que persistem e se agravam problemas de fome. Revela-se uma crise humanitária que o mercado não resolve.

O mercado se torna uma manifestação de poder do capital na medida em que deixa de representar agentes reais, que substitui por manifestações indiretas de demanda. Basicamente é o

44 Isso nos sugere que é preciso mudar o modo de olhar para o mercado e substituir a ideia de estruturas de mercado - ainda trazidas por Marshall - pela ideia de processos de mercado em que há substituição de atores e de mercadorias. Os processos de mercado incluem certas margens de flutuação, em que há mercadorias que são negociadas em pequena escala a medida que aumenta sua sofisticação.

processo conduzido pelo aumento do espaço ocupado pelas grandes empresas. Observe-se que mercado hoje compreende feiras livres e bolsas de valores e que diversos materiais tipicamente de feiras livres passam a ser negociados em bolsa.

Cada um desses artefatos é uma forma operacional que se desenvolveu ao longo do tempo. Uns não necessariamente se convertem em outros. Poucas feiras se convertem em supermercados e a maioria das pequenas empresas não passa de seis meses. Na prática, o que há são processos de mercado que assumem determinadas formas temporariamente.

Em economias desigualmente capitalistas, ou que operam com sistemas regidos por capitais monopolistas sobre formas locais monetizadas, inclusive em ambientes urbanos, supor unidade de mercado é uma simplificação que impede registrar os modos históricos de desenvolvimento do mercado. A pluralidade de formas de mercado, inclusive reaparece nas economias mais desenvolvidas em seus ciclos negativos, quando os mercados locais são espaços de defesa de queda de renda e de emprego.

Os processos de mercado se desenvolvem por meio dessa pluralidade que incorpora mudanças de pequena e grande escala, de maior ou menor generalização⁴⁵. O movimento geral de modernização se realiza através dos espaços operacionais dos grandes capitais, como bancos e empresas de seguros, e se difunde sobre as especialidades da produção, geralmente de modo assimétrico, como entre produção em pequena escala e artesanato de alta qualidade.

45 Por exemplo: feirantes que hoje trabalham com compras e vendas por celular e sistemas de entrega de produtos por bicicleta.

A FORMAÇÃO DO CAPITAL

A formação de capital é o processo de conversão de valor em capacidade produtiva, que se concretiza pela parte do valor que se torna efetivamente produtiva, portanto, que é formalmente destinada a compor o capital, mas que não tem a capacidade de produzir. Assim, para identificar os efeitos práticos da formação de capital, é preciso distinguir seus aspectos formais de sua efetividade.

Relativo à formação do capital, há uma diferença entre a visão analítica simplificada, que se assimila a macroeconômica sem ser; e a visão genética histórica que vê o processo de formação de capital como o essencial da formação do sistema produtivo, formativo das estruturas de capital. A formação de capital consiste na separação de valor para usos futuros, que implica em problemas de comparabilidade entre ativos, que passa a ser acionado para produzir ou como fator de poder.

A formação de capital efetiva é o movimento de variação de valor incorporado à capacidade produtiva em sua atualização. É um saldo sob o qual estão os movimentos de destruição de valor, tanto na forma de abandono de equipamentos como na de desvalorização de ativos físicos e financeiros.

É um movimento do capital em sua totalidade que tem expressões nacionais combinando os circuitos internacionais com os nacionais. Os circuitos internacionais e os nacionais correspondem a diferentes estruturas que se combinam de modos específicos e que não são necessariamente comparáveis. No plano internacional, a formação do capital compreende a das empresas multinacionais, a participação de redes estamentais como igrejas, além das redes de financiamento internacional. No conjunto,

incluem influências sobre as redes nacionais, constituindo uma rede de penetração sobre grande parte do planeta. O jogo de interesses internacionais afeta, de diversos modos, todas as economias, criando um espaço específico de formação de capital que se sobrepõe aos nacionais de modo perfeitamente visível como nas indústrias de transporte e de modo menos evidente, porém mais profundo em ramos de medicamentos. Esse piso de internacionalidade se alastrou junto com as redes de Informática de alta tecnologia, constituindo um setor determinante na economia mundial.

Paralelamente, a formação nacional de capital se bifurca entre a esfera qualificada, que precisa de esclarecimento para descobrir que rumo tomará; e a de baixa qualificação, que se reproduz perdendo espaço de mercado.

A formação de capital tem, portanto, aspectos positivos e negativos, onde os positivos representam elevação tecnológica e os negativos representam destruição de capacidade produtiva. A formação de capital implica sempre em substituição de equipamentos, mas seu essencial é a reposição expansiva de capacidade produtiva que incide em superação de instalações e em variações de valor dos inventários. Nesse ponto, afloram as inter-relações entre a esfera internacional e as nacionais. É o ponto que ficou perdido pelas análises ortodoxas que separam as duas esferas e ignoram a diferença entre setor público e setor privado.

Com o condicionamento de concorrência pelo capital monopolista, há uma tendência geral, já sinalizada pelos oligopólios, à defesa contra riscos que induz um perfil repetitivo da reposição de capital, que se enfrenta com as pressões por renovação da concorrência aberta, pelo que a formação de capital é sempre um espaço de disputa de mercado que absorve margens crescentes de incerteza.

Em um mercado controlado por demanda de grande capital, a atual formação de capital é um fenômeno que não se compara com versões anteriores, que responderam à lógica do capitalismo fabril, simplificarmente visto como industrial. As transformações

da formação do capital resultaram das transformações da industrialização da produção que derivaram em continuidade entre a transformação industrial e a produção industrializada rural e a de serviços. A separação entre produção rural e urbana foi substituída pela diferença entre a produção do grande capital e a de capitais pequenos e médios, com diferentes escalas de mercadorias. A grande propriedade mostra preferência por cereais e gado, enquanto a produção de pequeno e médio porte conduz a diversificação da produção.

As diferenças giram em torno dos modos de tecnificação, que incorporam mais elementos científicos e dependem menos de mecanização. Na prática, a tecnificação é o modo de aplicação de ciência, pelo que a indiferença em relação à ciência é um sintoma de incapacidade do sistema produtivo.

De diferentes modos, algo semelhante acontece com a indústria de transformação cuja informatização derivou em novos padrões de desenho fabril e de localização. As interdependências entre setores tecnicamente estranhos se dão por meio de mecanismos de demanda, em que o mercado é uma objetivação das diferenças de classe social.

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A distribuição é a operação que gera liquidez em poder das diferentes categorias da sociedade em geral, por isso se torna o objeto da manipulação financeira do mercado. Também é a operação que converte a renda social em renda disponível, que se bifurca em compras e em reservas, que podem ser poupança bancária ou entesouramento. A poupança simples geralmente é uma perda de valor e o entesouramento pode ser uma estratégia defensiva eficaz em compras de bens que se valorizam mais que a moeda, como ouro e obras de arte. A demanda que aciona o processo produtivo resulta de compras necessárias ou induzidas pelos mecanismos de publicidade a serviço do capital.

De todos os modos, a distribuição gera uma dispersão de renda na sociedade que expõe os recebedores de renda ao poder centralizador do grande capital que detém as oportunidades de aplicação de capital. Por isso, é necessário um tratamento unificado do processo de distribuição social da renda, na perspectiva da pluralidade dos processos do mundo contemporâneo, com seus processos concomitantes de enriquecimento e empobrecimento. A distribuição transcorre de diferentes modos nos países que ditam a acumulação de capital e nos que são afetados por ela.

O processo de distribuição da renda responde pelo sentido de finalidade da economia em que se combinam o significado social e o de reprodução do sistema produtivo. Concretamente, a distribuição efetiva da renda emana do movimento de concentração

de riqueza e de seus desdobramentos nos modos operacionais da economia e da política. No desenvolvimento do capitalismo, a distribuição assume uma variedade de formas nas condições de participação das empresas no mercado e nas de contratos de trabalho. No conjunto, exprime faixas de ampliação da distribuição e faixas de estreitamento, com resultados finais que indicam a afluência de determinados grupos e estreitamento e penúria de outros.

A distribuição da renda é um desdobramento da distribuição do capital, mas como e enquanto distribuição da renda disponível é o principal indicador da desigualdade social e reflete a composição social da demanda. É um processo de distribuição que representa as condições sociais da produção. Mas toda distribuição da renda encobre uma relação entre a composição do capital e a composição da renda. Além disso, a renda distribuída representa uma capacidade de compra de determinada composição de bens e serviços, que varia em função de níveis de renda e condições culturais. Em cada situação, a distribuição é uma síntese de formas específicas de distribuição como entre pessoas, setores da produção e grupos de renda⁴⁶.

O processo da distribuição é constantemente afetado por substituições de tecnologia que alteram as condições de emprego. Em sistemas em que as transformações tecnológicas resultam em queda do efeito emprego dos investimentos é preciso reconhecer que as tendências do emprego correspondem a processos de distribuição, onde aparecem concentrações de renda. Nos processos de desenvolvimento econômico e de subdesenvolvimento, o controle da renovação de tecnologias é fundamental na definição de tendências no sistema social de distribuição da renda.

A conversão do produto em dinheiro desde o momento de sua produção estabelece um problema de circulação do dinheiro

46 Em trabalho anterior sobre *A distribuição da renda e o desenvolvimento econômico*, apontei aos efeitos dinâmicos da distribuição mostrando os efeitos negativos da concentração da renda.

que, por sua vez, revela as diferenças de velocidade com que o sistema opera. Sobre as diferenças de velocidade, definem-se mecanismos de repartição de renda. Os diversos componentes do sistema desde a produção agrícola aos bancos operam com sua própria velocidade de dinheiro e os diferenciais de velocidade favorecem os setores mais rápidos. Esse mecanismo de velocidades diferenciadas foi tratado por Marx no Livro II de *O Capital*, tornando-se o mecanismo principal da formação da hegemonia do capital financeiro. Verifica-se que o processo de distribuição se desenvolve desde os primeiros momentos da produção e não como um resultado final.

A produção resulta em renda entre os que têm o poder de se apropriarem e os que estão restritos à posição de contratados. Há um problema relativo a quem fica com o produto que resulta e em quem fica com a renda gerada por esse produto. O problema da distribuição da renda é inerente aos processos sociais de produção e compreende uma variedade de situações de distribuição, resultando em uma situação geral de distribuição que varia junto com as condições de produção e de consumo⁴⁷. Indicadores de distribuição entre pessoas, tipo índices de Gini, não dizem muito, porque a distribuição interpessoal é um efeito da distribuição entre classes sociais.

A novidade nos estudos da distribuição consiste em reconhecer que se trata de processos de distribuição e não em situações de distribuição que podem ser mantidas ou substituídas. Percebe-se que o modo de produzir corresponde a modos de distribuição e que a distribuição representa condições de renda das pessoas que, por sua vez, representam a capacidade delas de demandarem em mercado.

A economia clássica já entendia o papel dinâmico da distribuição, porém ela só foi plenamente esclarecida pela teoria da

47 Edwin Cannan, *Theories of production and distribution* (1895); Fernando Pedrão, *A distribuição da renda e o desenvolvimento econômico* (1960).

exploração de Marx. As teorias do desenvolvimento econômico vieram mostrar que o panorama geral da distribuição compreende situações de bloqueio entre níveis de renda que são as limitações dos mais pobres para ascenderem a condições superiores de renda. Por extensão, identifica a mobilidade como um recurso dos trabalhadores⁴⁸.

Diversos estudos de economias nacionais permitem considerar que houve ganhos importantes na renda familiar média nos países mais ricos e inclusive em diversos países periféricos modernos. Paralelamente, persistem grandes contingentes de pobres e excluídos. A maior contradição da modernização da economia mundial é o aumento do número total de pobres sem perspectivas de renda e de excluídos da economia moderna. Historicamente, os sistemas de produção do capitalismo, tanto em suas formas de dominação interna como no colonialismo, combinaram desigualdades com insegurança e uma luta constante pelos direitos dos trabalhadores que o capital procura derrubar⁴⁹. Em contrapartida, o sucesso dos partidos autoritários europeus – fascismo e nazismo – deveu-se em grande parte a terem defendido direito a emprego dos trabalhadores enquanto os partidos liberais se alinhavam sistematicamente ao capital. A contradição entre governos liberais e distribuição da renda põe, em xeque, a opção geral de democracia, já que exclusão social e desemprego são as principais fontes de violência.

Historicamente, a insegurança persiste e se agrava nos países mais ricos e o desemprego nos demais países, configurando uma tendência ao empobrecimento. Uma separação dos aspectos econômicas e sociais é uma questão apenas semântica porque a não distribuição da riqueza que se cria alarga a distância entre o 1% que controla 90% da riqueza mundial e os demais.

48 Ver Jean Paul de Gaudemar, *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*, México, Era, 1977.

49 Um componente essencial das políticas liberais conservadoras, desde Thatcher e Pinochet, hoje copiadas pela austeridade europeia, é a derrubada de direitos das diversas categorias de trabalhadores incorporados desde a década de 1950.

A RENDA FUNDIÁRIA

A substituição do movimento monolítico do capitalismo imperialista por uma pluralidade de imperialismos em conflito desde o fim do século passado, em contraponto deu lugar ao estabelecimento de redes mundiais de mercados básicas, dando um papel especial para as matérias-primas rurais. Por trás da atual dominância da Rússia em gás, está seu potencial de produção de cereais, dinamizado pela habilitação do *permafrost*. Assim, nas condições atuais de fluidificação dos mercados, verificam-se importantes movimentos de retorno à propriedade da terra por parte de capitais formados em ambientes de alta tecnologia e que representam opções de exploração que usam biotecnologia e informatização. Esse movimento é parte de uma reconfiguração da produção rural ligada à disputa mundial de poder e tem fundamento nas estratégias dos países hegemônicos. Em seus efeitos sobre as economias nacionais, leva a rever os fundamentos da renda da terra no sistema produtivo, desde sua origem histórica ao seu modo atual.

A passagem do feudalismo ao capitalismo e seu desdobramento na colonização resultaram em sucessivas liberações de mercados de terra, que expuseram o papel da propriedade da terra na economia capitalista e da renda da terra na formação do capital. As subseqüentes transformações do capitalismo resultaram em mudanças no papel da terra na economia, desde a exploração de glebas em territórios definidos (RICARDO, 1822) até a

inserção das terras no mercado (MARX, 1867), até a expansão do capital no campo (HOBSON, 1905), e até hoje quando as terras são ocupadas por grandes capitais de alta tecnologia. Distingue-se a função da renda da terra na economia como um todo e as diferenças no mercado em função da produção de insumos de em grandes propriedades absenteístas e a produção variada atraída pelos mercados urbanos.

É a função estrutural da renda da terra que precisa ser esclarecida. A renda da terra constitui uma base material do sistema produtivo que se forma a partir de uma renda potencial e uma condição específica de mercado sobre uma escala de preços de mercadorias.

A renda da terra mostrou-se essencial na constituição da economia do capitalismo; e se forma a partir de movimentos de capitais monopolistas em busca de demanda previsível crescente, sob condições de eficiência controlada da produção. Distingue-se uma renda mundializada da terra, atrelada à produção de cereais industrializáveis, especialmente de soja e milho, e escalas nacionais de renda fundiária, induzidas por combinações de demanda local.

Dadas as influências de distância efetiva para centros de comercialização, os preços das terras se formam com escalas de custos complementares, de defensivos e fertilizantes, que formam preços frente a extensões de terra disponíveis. A separação entre produção rural e urbana do capitalismo em ascensão deu lugar a conexões determinadas por diversos e diferentes modos de transferência de capitais formados em indústria e serviços, que realizam uma produção rural de alta tecnologia. Completa-se a separação entre renda da terra e emprego; e, no novo quadro de produção rural, definem-se diferenças entre pequena e média produção intensivas em trabalho e grande produção intensiva em capital.

Sob tensões geneticamente diferentes, definem-se diferentes caminhos de especialização, com cargas de trabalho próprias; e com circuitos de capital realizando diversificação como parte de projetos de tecnologia. São diferentes avenidas de tecnologia para

aproveitamento em granjas urbanas, em propriedades especializadas em legumes e em propriedades em vinicultura, comparadas com especialização em produção de cereais. As redes desde pesquisas a produção experimental e a produção em massa desenvolvem articulações com diferentes irradiações colaterais. A renda fundiária encontra a complexidade técnica. Descobrem-se mudanças estruturais na formação da renda fundiária no que ela afeta a formação do capital.

A REPRODUÇÃO SOCIAL SISTÊMICA

*Qualidade é o modo das coisas.
(Aristóteles).*

Aproximações

As sociedades estão em contínuo movimento de reprodução, que é o metabolismo de sua experiência em capacidade de agir. O agir social não é um atributo vazio logicamente concebido, mas é criado pela atividade social necessária que assume as formas de organização da vida cotidiana que são sublimadas nas formas ideológicas de religiões e de legislações.

O agir social sempre é o modo de identificação das comunidades, onde tudo são práticas: as técnicas são derivadas das práticas, e as teorias são reflexões das práticas, onde, em suma, o agir social se move como conjunto interativo. A reprodução social surge do processo interativo de agir e pensar. O aprofundamento na reflexividade do agir social é o mecanismo por excelência da reprodução social. Esta se concretiza em decisões sobre as funções básicas da vida, que se transferem para a produção e a reprodução de instituições. A lógica desse movimento é da preservação de território, que significa medo de perder território. Assim, há uma motivação da agressividade na reprodução social onde sempre é

disfarçada com o apodo de defesa. Esses movimentos passaram das sociedades do poder militar simples para as do poder complexo, onde já se impõe a necessidade de reproduzir os meios do poder. A análise da atualidade passa a ser da relação entre necessidade e possibilidade.

A reprodução dominante

A reprodução dos sistemas de dominação depende da formação de blocos dominantes organizados cujo sentido de finalidade é a sustentação da própria dominação. É um círculo vicioso em que bloco dominante depende da sustentação da dominação que tem componentes de incerteza. Esse sistema surgiu por meio de alguns monopólios que conseguiram controlar sistemas de comercialização. A sustentação dos grupos dominantes prosseguiu por meio de ganhos em expansão e em eficiência que encontram resistências crescentes. Na trajetória do poder econômico, há uma maioria de grupos e empresas que chegaram a primeiro nível e decaíram, e a reprodução dos sistemas políticos vem a ser determinante da esfera econômica. O contexto geral de uma esfera dominante de capital e política em todo caso é a pré-condição da reprodução capital em sua situação histórica.

A reprodução dependente

A economia burguesa omite o relativo à reprodução do sistema produtivo que supõe determinada pelo mercado, passando por alto significado macroeconômico das variações de custo na reprodução do capital. Por sua vez, a economia marxista trata da reprodução do capital, presumindo o trabalho como elemento exclusivamente condicionado pelo capital. Ambas essas correntes ignoram ou dão por sentado que a reprodução econômica carrega as demais componentes da reprodução social, mas admitem tacitamente que a situação de dependência dos capitais e dos trabalhadores muda na economia monopolista informatizada.

A experiência da luta pelo desenvolvimento econômico mostrou que se trata da reprodução da produção social em seu conjunto, que se materializa em reprodução do capital e do trabalho. Envolve as diversas formas de capital e de trabalho. O problema geral da reprodução foi primeiro tratado por Marx nas duas modalidades de reprodução simples e ampliada do capital, em todo caso, em que o trabalho é apenas o contratado que tem uma reprodução passiva determinada pelo capital. Nas condições de hoje, sob os efeitos acumulativos do desemprego, esse pressuposto precisa ser relativizado com um aumento do trabalho não contratado que opera sob condições alternativas de reprodução.

Assim, torna-se necessário abrir a caixa preta da reprodução, reconhecendo a variedade de condições de trabalho, admitindo um efeito reverso da precariedade da ocupação e que o trabalho se revela como não passivo, com esforços induzidos dos trabalhadores para escaparem da rigidez de contratos incertos. Destarte, será preciso separar a reprodução do capital e a do trabalho, ver cada uma das duas por separado e considerar a reprodução do sistema em seu conjunto.

A reprodução do capital.

A reprodução do capital é um processo constante de reposição de capacidade produtiva, que se realiza nas condições de desenvolvimento de cada economia e nos processos vigentes de mercado. Como a capacidade produtiva surge de equipamentos em constante mudança, a reprodução envolve uma substituição de equipamentos que pode se distribuir no tempo, ou ser um choque de mudança brusca. Mas não há como supor um sistema produtivo com equipamentos invariantes.

A reprodução do capital precisa ser colocada no espaço-tempo concreto da produção em que a composição do capital está datada e situada e em que a comparabilidade das tecnologias é variável; e a não comparabilidade significa ruptura na reprodução, tal como aconteceu com transportes a cavalo e tende a acontecer com carros elétricos.

A conseqüente relativização das formas de produção descobre que o sistema opera sob grandes tendências de investimento que são parâmetros dos investimentos privados regidos por condições circunstanciais de lucratividade.

A reprodução do capital muda ao longo do tempo. É o movimento necessário constante de sustentação da capacidade produtiva que se realiza sobre processos de atualização. Incide sobre o conjunto dos movimentos do capital. Assim, as condições da reprodução variam junto com as variações do capital. Em cada momento, o movimento de reprodução depende das condições operacionais do sistema do capital. Por isso, a reprodução não pode ignorar as pressões do mercado que regulam a competitividade. É um ambiente de mercado em que contrastam uma tendência geral à estagnação com uma aceleração de mudanças nos processos de oferta e de procura, induzida por várias causas, dentre outras pela informatização da produção e do consumo. Esses movimentos alteram o desempenho sistêmico da economia, cuja exposição a perdas acelera a obsolescência industrial, atingindo a desvalorização do capital. Esse movimento cria um mercado de trânsito, no qual maior número de mercadorias tem menos vida útil.

Os condicionamentos são interativos. Na realidade sistêmica, os investimentos privados nunca foram livres, mas dependem de condições sistêmicas que tendem a ser variantes. Assim, a reprodução não surge de uma mecânica dada por uma racionalidade unificada dos capitalistas, mas é uma resultante de um modo comportamental que reflete as racionalidades dos proprietários e dos controladores do capital e é afetada pela qualificação dos capitalistas.

Nas condições estruturais da genética do sistema produtivo, a reprodução do capital se realiza sobre as condições concretas de aplicação dos diversos capitais onde a média não necessariamente é representativa de tendências onde o movimento surge de tecnologias não comparáveis. Onde, além disso, a regra financeira opera de modo condicionado. Em suma, significa que a reprodução do capital está sujeita à incerteza ditada pelo mercado, que não

pode ser explicada por movimentos genéricos do capital. Dada a composição do capital, a reprodução compreende o componente físico, sujeito a desvalorização; e o componente financeiro sujeito a restrições de conversibilidade das moedas.

A reprodução do trabalho

A reprodução do trabalho acontece em ambientes específicos de mercado, impregnados de tendências positivas e negativas. A reprodução do trabalho compreende a reprodução física e intelectual dos trabalhadores, de suas qualificações e de seu acesso à demanda de trabalho vivo. Combinam-se aspectos de saúde, educação e situação social. A reprodução do trabalho envolve uma potencialização das qualificações que é o modo como a sociedade aprofunda conhecimento socialmente disponível e faz a ligação entre a vida econômica imediata e a produção de ciência e cultura.

A reprodução do trabalho é a do engajamento de pessoas na produção, que compreende contratantes, contratados e independentes, tanto na esfera artesanal pré-capitalista como no campo dos rejeitados pelo sistema do emprego. A reprodução do trabalho incorpora o elemento qualitativo do sistema, cuja progressão entranha a própria metamorfose da qualidade. Qualidade tem diferentes significados que incluem a interiorização da qualificação dos trabalhadores que é a reflexividade do trabalho.

Em suma, o sistema capitalista tem que reconhecer que os trabalhadores são pessoas que pensam, que não são só mão de obra na linguagem dos capitalistas. Esse é o mundo da socialização do sistema produtivo, onde a perspectiva das pessoas emerge como limite do capital.

A reprodução progressiva

A reprodução social é um progresso em qualidade que acontece em condições gerais sistêmicas, em que se combinam o desenvolvimento institucional e o operacional da infraestrutura

produtiva e da superestrutura operacional. Seu fundamento é o movimento geral de qualificação do trabalho. Diferentes sistemas, públicos e privados, com variada mobilidade interna, significando sensibilidade para representação social, tornam-se capazes de realizar as adaptações necessárias para realizar plenamente a reprodução sistêmica que implica em combinar tendências progressistas e reacionárias. O desenvolvimento de capacidade para se qualificar, que está inerente aos modos de educação, marca um diferencial entre cultura assimilada e transmissível, que não depende de escolas, e educação formal vazia que ensina formas sem conteúdo⁵⁰. Sob a pressão da reprodução necessária, a falta de capacidade de adaptação resulta em degradação do sistema produtivo.

50 A questão do conteúdo, resgatada por Louis Althusser (Do conteúdo na filosofia de G. W. F. Hegel, 1947) é a do sentido interno do pensar com seu potencial filosófico, científico e artístico, que sustenta os encaminhamentos em ciências específicas e na fenomenologia da civilização.

A ACUMULAÇÃO INCERTA

A questão da acumulação no capitalismo é objeto de controvérsia teórica desde Thomas Malthus a Karl Marx e Alfred Marshall. É revelador que a escola austríaca não tenha se ocupado do tema nem a corrente keynesiana. A visão de Karl Marx parte do mecanismo do capital privado (Livro III, O Capital), portanto é uma teoria microeconômica da acumulação. Entrementes, o problema da acumulação como e enquanto movimento da totalidade da economia está além da generalidade abstrata e exprime as condições específicas das economias nacionais como locais onde se realiza a acumulação em capitais imobilizados, como em infraestrutura de transportes e em capitais atrelados a investimentos em bolsa. Sob a internacionalização das operações de capitais financeiros está a necessidade de referenciar as operações financeiras em operações produtivas. À falta de uma base real, o capital financeiro se vaporiza e entra em um processo de entropia.

A um exame histórico do sistema do capital, encontra-se que ele se mantém por meio de uma acumulação constante de capital que conduz um aperfeiçoamento técnico e um aprofundamento de qualificações cuja validade depende de que haja demanda.

O relativo ao modo operacional da acumulação se coloca nas condições do mercado contemporâneo, na realidade da operação do capital que se ramifica entre soluções na esfera privada e na esfera pública, onde a esfera pública constitui um mercado para os capitais privados.

A continuidade da acumulação se realiza por meio de uma aceleração na reprodução do capital, pelo que uma interrupção da acumulação implicaria em uma dinâmica negativa que levaria à degradação e eventual decomposição do sistema. A presunção da continuidade da acumulação é tacitamente assumida pelo sistema do capital, apesar das evidências de fatores de obstrução que tendem a bloquear o sistema e que se desenvolvem em contraponto com a própria complexidade do sistema. Na análise do capitalismo monopolista (SWEEZY & BARAN, 1968), surge a tese que as contradições do sistema do capital surgem do próprio modo operacional do capital monopolista que tende a oprimir o mercado.

A acumulação é o processo que surge da continuidade da formação de capital que tem uma dimensão nas economias nacionais, mas que acompanha a internacionalidade do capital. Assim, a acumulação resulta em enriquecimento de algumas nações, de algumas empresas e alguns capitalistas. Sob a acumulação, há um processo de desigualdade que explica a perpetuação da pobreza e a exclusão social. Há uma visão da acumulação como de um resultado da mecânica da reprodução do capital e outra que vê a acumulação como o resultado dos processos de concentração⁵¹. Em *O capital*, Marx apresentou uma explicação teórica da acumulação que foi apresentada como processo mundial por Samir Amin.

Fica pendente esclarecer se a acumulação pode prosseguir indefinidamente ou se há restrições estruturais para sua continuidade. A tese de que o aumento do capital imobilizado resulta em queda da relação capital/produto sugere todo um questionamento de que a acumulação tende a decrescer.

Os estudos sobre o desenvolvimento econômico trouxeram novas luzes ao problema da acumulação mostrando que é um processo que depende das condições de desenvolvimento do sistema produtivo. As relações entre países e regiões são, ao mesmo

51 Samir Amin, *La acumulación a escala mundial* (1967).

tempo, relações entre empresas e grupos de poder. O movimento de concentração de capital também é o de capacidade de decidir de modo autônomo sobre os rumos da formação de capital. A concentração internacional do capital traduz-se em pressões de subdesenvolvimento dos menos poderosos concluindo-se que são concomitantes tendências positivas e negativas⁵². Alguns aspectos desses movimentos devem ser considerados, por exemplo, como a atualização do controle das elites tradicionais sobre o sistema político que se converte em fator de poder na economia.

52 Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, *La teoría del subdesarrollo en América Latina*. Celso Furtado, *Crecimiento e desenvolvimento*.

O ENIGMA DO PROGRESSO

A questão de desenvolvimento econômico, logo de desenvolvimento econômico e social, apareceu inicialmente como uma reivindicação de nações que ficaram para trás no movimento geral de riqueza posterior à Segunda Guerra Mundial. O objetivo geral de desenvolvimento pressupõe a viabilidade do reformismo burguês que, por sua vez, supõe a possibilidade de prevalência de objetivos sociais sobre individuais, ou de públicos sobre privados.

Logo se viu que era algo diferente e maior que crescimento econômico⁵³, que tinha muito a ver com a superação do sistema de colonizações e com pretensões de redução de desigualdades internas. O sistema de relações econômicas do capitalismo mantinha processos de desigualdade entre nações que se reproduzia internamente com a permanência de elites subalternas e com classes médias alienadas que contribuíam para a perpetuação das subalternidades. Em cada país, havia blocos de poder constituídos

53 Ficou faltando um esclarecimento sobre crescimento econômico. A teoria do crescimento e enquanto teoria do crescimento do produto foi apenas uma teoria quantitativa simples que verificou *ex post* a relação capital/produto. Possivelmente, está em sua forma mais desenvolvida em *Capital and growth* de John Hicks. No entanto, ela encobre comparações de composições do capital e do produto, em que o crescimento na verdade é uma substituição de composições. Não há como conceber uma teoria do crescimento que não contemple mudanças de composição.

de elites provenientes da grande propriedade rural controlando crédito e empregos públicos. A primeira denúncia desse sistema foi o Estudo Econômico para a América Latina da CEPAL em 1949, que, entretanto, viu apenas o mecanismo desigual do comércio e passou por alto as articulações entre a esfera econômica e a política, assim como ignorou os fundamentos históricos da desigualdade internacional.

Com a urbanização e os primeiros conatos de industrialização, surgiram propostas de política econômica para superar o marasmo primário-exportador, destacando-se a Nacional Financeira no México em 1931, a Corporação de Fomento no Chile e o Banco Industrial na Argentina, todos no mesmo momento histórico da crise econômica de 1930. O correspondente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico apareceu, no Brasil, em 1948⁵⁴. Em todos os casos, houve uma intuição de que o modo de superar o marasmo seria por meio da indústria que contaria com uma nova classe industrial. Na prática, as coisas transcorreram de outro modo, derivavam suas receitas de divisas de exportações para a Europa e se encontravam em posição de concorrência com a nova potência hegemônica que eram os Estados Unidos. Os movimentos de industrialização foram de alcance limitado, trabalharam com uma burguesia que se aliou aos capitais externos e enfrentou processos inflacionários proporcionais ao estrangulamento externo.

No entanto, o esgotamento dessas propostas de desenvolvimento gerou antagonismos internos, com as elites econômicas associadas às forças armadas, desembocando em instabilidade política. Internamente em vários países esses movimentos geraram uma tecnoburocracia subalterna adepta das políticas conservadoras. Políticas de Estado mínimo proliferaram na maior parte

54 A criação de um banco central, no Brasil, também ficou atrasada até a década seguinte, continuando o país a ter sua política monetária regulada pelo órgão esdrúxulo que foi a Superintendência da Moeda e do Crédito,

dos países sul-americanos, desde Aleman, Alsogaray e Krieger Vasena na Argentina, Campos e Simonsen no Brasil⁵⁵ e Figueroa e Marshall no Chile. A ideologia da burguesia a serviço do grande capital continuou defendendo teses do liberalismo do período entre guerras, com políticas ditas de Estado mínimo, com corte de despesas públicas que simplesmente são desbordadas pelo crescimento inercial da despesa pública forçada pelas despesas bélicas⁵⁶.

Na América, em geral, a fragilidade da economia rural propiciou movimentos de urbanização concentrada, direcionada às capitais que se tornaram concentrações de pobreza. Significaram demanda de serviços de utilidade pública. As pressões por transferência de renda pressionaram a base tributária dos governos levando a déficit recorrente. Com mercados nacionais incipientes freados pela distribuição negativa da renda, as empresas reduziram-se a operações com custos e preços elevados sem capacidade para exportar. A desigualdade interna obstruiu o modelo de expansão das burguesias nacionais. A experiência mostrou que as economias latino-americanas evoluíram para situações de grande concentração de renda, de poucos grandes bancos e empresas quase monopolistas.

As contradições dos projetos de desenvolvimento nacional foram percebidas, desde os anos 60, por autores como Sunkel, Furtado, Noyola, Gunder Franck que já identificavam o contrapé do desenvolvimento em processos de subdesenvolvimento. A tecnoburocracia continuou insistindo em planos de desenvolvimento que eram simples receitas técnicas copiando artefatos importados como projetos de desenvolvimento rural integrado, complexos industriais e arranjos produtivos. O planejamento econômico que teve algum espaço no Peru, no Chile e na Bolívia jamais vigorou

55 Em 1975, a dupla Roberto Campos e Mario Simonsen publicou um livro com o título de *Formas criativas no desenvolvimento brasileiro*, onde apresenta estratégias alternativas de política pública.

56 São essas mesmas ideias que reaparecem no Brasil, em 2016, com a inanição intelectual do governo Temer.

no Brasil, onde recorreu a esquemas de equilíbrio macroeconômico e onde prosseguiu a concentração de grandes capitais. No Brasil, os problemas de desenvolvimento nacional foram ostensivamente descartados no período Collor e tomaram um caráter conservador e de concentração regional nos dois períodos de Fernando Henrique Cardoso. Houve uma indiscutível anulação do planejamento setorial e o ministério de planejamento ficou reduzido a um papel secundário. Junto com a obsolescência dos instrumentos de política proliferou uma visão privada da coisa pública. A perversão da máquina pública resultou em um sistema de quarenta ministérios, quase todos inúteis. A falta de uma política nacional significativa de ciência e tecnologia tornou-se um obstáculo a qualquer política em médio e longo prazo. Nestas condições é inevitável voltar aos problemas fundamentais de planejamento em longo prazo, de identificação de prioridades nacionais, de programas estratégicos e de recuperação do efeito emprego dos investimentos.

ANEXOS

Anexo 1. A economia da tecnologia imperfeita

A questão social da tecnologia é inseparável daquela do tratamento social da ciência. Tecnologia é uma aplicação operativa de achados da ciência e se desenvolve em interação com a ciência. Não há fundamento algum para tratar tecnologia como um campo separado da ciência. A rigor, tecnologia é ciência aplicada; e as regras de aplicação não podem contradizer o fundamento científico. Assim, o tema deste estudo é a função do valor incorporado pela tecnologia na configuração de alternativas de desenvolvimento para a economia. O papel da tecnologia no sistema produtivo se define na relação entre ciência e tecnologia. A técnica ocupa uma posição fundamental da vida social no que ela não pode deixar de ser ação encaminhada mediante modos regulares de prática. No mundo antigo, a técnica foi concebida por um trabalho por interesses coletivos. Na versão mais madura do tema, a técnica em Aristóteles é um saber fazer reflexivo, autpensado. A tecnologia que seria o mundo das técnicas encerra uma teleologia do trabalho. Com Copérnico, a ciência adota um caminho que abre espaço para uma tecnologia científica, justificada por sua consistência formal e material. Mais tarde, com o Iluminismo, a tecnologia descola de práticas místicas e se identifica com o nascimento da ciência moderna com a combinação de demonstração formal e empírica de Galileu.

Anexo 2. Ideologia e alienação

A. Ideologia

1. O alicerce material da ideologia

1.1. O substrato ideológico

O reconhecimento do papel da ideologia na sociedade moderna é um dos maiores achados do fim do absolutismo francês – Destutt de Tracy – que descobre o fundo imaterial da produção material. Na história da desigualdade social do capitalismo moderno, as ideologias se dividem entre as que os sistemas de poder instituídos e as que procuram reduzir desigualdades e promover progresso técnico. O essencial é que as ideologias refletem o mundo da realidade, portanto, que se desenvolvem sobre situações concretas de classe.

Ideologia é atributo de civilização e aparece primeiro no Mediterrâneo Oriental, desde a Civilização Minoica. Novos achados sobre a Civilização Minoica fazem recuar a cultura grega para antes do que já reivindicava Jean Pierre Vernant⁵⁷. As ideologias são fruto de experiências de sobrevivência que envolvem uso de meios materiais e formas de organização. São sempre produto de coletivos que se organizam para perenizar a sobrevivência. Por isso, criam tradições que são mecanismos de repetição, tendentes a criarem classes sociais.

O desenvolvimento de um pensamento reflexivo depende sempre das condições privilegiadas de um estrato social capaz de ter uma visão de conjunto dos processos sociais. Por isso, ideologia é sempre coisa de alguma elite.

Neste estudo, apresentam-se os fundamentos materiais das ideologias em sua situação histórica e sua relação interativa com o desenvolvimento da civilização material moderna. Os fundamentos

57 Jean Pierre Vernant. *Origens do pensamento grego*. 1983.

ideológicos iniciais da produção material moderna surgiram no âmbito das principais religiões, a cristandade e o islamismo, em que as mutações ideológicas do lado cristão ensejaram a produção capitalista. Esta se nutriu da dialética entre a reprodução da aristocracia representante do modo feudal e a burguesia representante do capital urbano. A produção mercantil burguesa realizou a operação básica de controle da terra por meio de sua aliança com as monarquias e o absolutismo, conseguindo aí as bases do autoritarismo que sustentou o colonialismo. Não se encontrarão explicações satisfatórias do colonialismo sem essa referência do processo europeu. Assim, é a ideologia do capital mercantil que responde pelo movimento geral de modernização que junta o princípio feudal da grande propriedade rural com o controle das rotas de comércio.

Serão revoluções tecnológicas administradas por esse sistema que realizarão a passagem da grande produção artesanal para a manufatureira e para a produção fabril. Serão fusões da modernização rural com as das manufaturas que farão a diferença.

A civilização material se fez, portanto, pela socialização de práticas urbanas sustentadas por revoluções da produção rural e progrediu sobre sucessivas expansões da fronteira agrícola, primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos e hoje nos dois movimentos de aprofundamento da fronteira nos Estados Unidos e na Rússia e de extensão na América Latina, especialmente no Brasil e na Argentina. A relação essencial entre fronteira agrícola, como representativa da produção de carnes e cereais e produção urbana, industrial e de serviços, continuou sendo essencial no capitalismo que desenvolveu uma complexa produção industrial de alimentos com objetivos próprios de mercado, apoiada no controle da produção rural, mas dependente de resultados agrícolas⁵⁸. Estes agora se dividem entre objetivos de produtores e de agronegócios integrados ao sistema de capital financeiro. Mas a relação

58 Os agronegócios são uma parte da cadeia do grande capital no campo que continuam limitados pelas carências das estruturas comerciais dos países exportadores.

essencial se realiza com a consolidação de um grande setor de capital sustentado pela propriedade fundiária. A articulação da produção rural com a urbana se realiza por meio da bolsa de valores, pelo que se torna necessário considerar o peso determinante dos países demandantes de produtos rurais que hoje predominam na configuração da demanda mundial. São diferentes condições de demandantes, desde os produtores islâmicos de petróleo até o principal comprador que é a China.

Há, portanto, uma ideologia mercantil subjacente no sistema mundial de produção industrial. É mais importante vender que produzir e se criam sistemas internacionais de consumo que utilizam redes de serviços por grupos de renda, como é o caso da mundialização da opção por turismo. O turismo é um modo de consumo que começa com a mercantilização de bens livres e explora o negativo da civilização material que é o uso de tempo por parte dos trabalhadores.

1.2. Ideologia como identidade

Ideologia, em geral, é uma consciência da vida prática que se processa como valorização do trabalho. É algo que vale para artesãos e para intelectuais e distingue o trabalho profissional do amador. No essencial, a modernização se faz por meio de uma valorização do trabalho que se socializa como distinção de classe. Foi assim para a cavalaria que se tornou aristocracia, tanto como para a mecânica de automóveis. Não há civilização sem valorização do trabalho nem há exército de reserva em geral.

A alienação dos trabalhadores no capitalismo na fase do capital industrial criou um estrato de trabalhadores semiquali-ficados sem acesso à especialização que passou a constituir o corpo de trabalhadores sem meios suficientes para qualificação que estão condenados a serem explorados como não qualificados, submetidos à mediocridade da comercialização da educação. No funcionamento da atual sociedade do capital, em que o trabalho é um custo a ser reduzido pelas empresas e pelo governo, esse

trabalho desqualificado é candidato virtual ao desemprego. Assim como desaparecem compromissos de regularidade no contrato de trabalho, os trabalhadores de baixa qualificação efetiva são expelidos dos empregos produtivos e são relegados a uma informalidade defensiva. A análise do emprego se transforma em análise da esfera da informalidade com sua complexidade e suas regras de reprodução.

A consciência do significado social da informalidade fomenta a reação que se mostra no antivalor da contravenção, da hostilidade de classe exposta que instiga a apropriação de todas as formas possíveis. Revela-se plenamente o fundamento de classe das ideologias, do qual derivam religiões defensivas e formas de comunidade que tentam sobreviver ao capitalismo negando sua existência.

B. Alienação

A alienação é um processo histórico da modernização que gera aspectos positivos de afirmação de identidade junto com aspectos de negação de identidade, determinados por contradições entre aspirações materiais e culturais incompatíveis com a formação social. Na literatura, essa oposição antes da economia se revela como projeto. Tolstoi como a antialienação, Dostoiévski como uma análise existencial da alienação, Baudelaire como a crítica psíquica da alienação, Zola como a denúncia da alienação burguesa, Guimarães Rosa como a mistificação da alienação. Há uma dinâmica da alienação, que reflete as condições de relacionamento entre pessoas. As contradições do capitalismo imperialista expõem a dinâmica da alienação como um componente essencial da genética do sistema de poder. A possibilidade de romper as cadeias de alienação, descobrir modos afirmativos de identidade é uma necessidade do desenvolvimento dos sistemas ideológicos subjacentes nos processos de produção de mercadorias. Assim, é preciso considerar as condições concretas de alienação que são o contraponto subterrâneo da produção. O descobrimento do

subsolo psíquico da vida social revela a alienação como ingrediente do desenvolvimento material.

A alienação é o grande descobrimento da modernidade reflexiva, por isso crítica, com fundo de repulsa aos sistemas de dominação e com o reencontro com a pessoa como sujeito consciente. O processo de alienação surge da contradição da consciência cujo cerne é a negação da identidade, por abandono de origem histórica. O movimento social da alienação surge por efeito de dominação sobre a reprodução social, que é seu fundamento concreto nos sistemas de poder e um fundamento ideológico de defesa. Descobrem-se formas de alienação nas formas de vida primitiva nos reajustes constantes da modernidade desigual, quando os integrantes dos mundos simples são coagidos a se integrarem à despersonalização do mundo urbano. O processo de coisificação das pessoas não é instantâneo, mas é parte do cotidiano. Sob as pressões de dominação, a alienação faz a ligação entre vida social e psiquismo, descobrindo a identidade como um processo ambivalente, lugar de uma violência na relação entre individualidade e coletividade, descobrindo a socialidade como um campo de conflito em que se produzem e destroem tradições, em que o domínio subterrâneo do irracional situa a racionalidade como atributo e não como categoria.

Por isso, os estudos da alienação se descobrem como críticas dos sistemas teóricos limitados à exterioridade das relações humanas, em que todos os processos sociais estão apoiados em uma interioridade que se manifesta em solidariedade e racismo. Esses movimentos se desenvolvem através dos modos de socialidade, em que tanto as formas de solidariedade como de rejeição sofrem os efeitos da urbanização nas cidades e no meio rural. Em suma, os modos de alienação evoluem junto com as aspirações de vida social.

A alienação passa dos meios locais e nacionais para as formas de internacionalidade. Dada a centralidade da desnacionalização como corrosão dos sistemas nacionais de classes e sua substituição por identificações transversais de interesse, os processos da

alienação exibem a carência existencial mais que ideológica das classes dominadas, com a consequência de sua exposição à irracionalidade das religiões e das crenças tribais. Mas a alienação é um processo que se desenvolve como oposto ideológico do sistema de poder seguindo o perfil social da relação de dominação com suas contradições no componente dominante e no dominado, com movimentos de classe impregnados de interesses individuais. São movimentos espúrios do individual no coletivo, em que o coletivo é apenas uma pluralidade de interesses individuais com solidariedade restrita a mecanismos de exploração que incluem corrupção homologada como privilégio de classe.

Mas a contradição de classe no interior do bloco dominante gera dissidências que assumem impulsos desviacionistas, com diferentes tonalidades nas sociedades dominantes e nas dominadas. A maior parte das revoluções tem sido conduzida por elementos antielite que assumem a representação dos explorados. O desenvolvimento conceitual da modernidade reflexiva é um modo positivo do agir alienado que contribui para uma nova identidade. Assim, gradualmente, a alienação se torna um laço entre grupos dominados, com uma consciência anarcossocialista que aparece na literatura antes que nas ciências sociais.

No cruzamento de influências potencializado pela mídia, os processos de alienação, que antes emanavam das elites para as classes populares, passam por um processo de miscigenação em que argumentos de liberdade sexual se cruzam com símbolos de populismo descobrindo formas de dissidência inorgânica, mas com apelo ao salvacionismo dos setores explorados. É o papel estrutural dos evangélicos que se tornaram parte do sistema de controle social, com participações úteis ao poder sem acesso efetivo ao Estado profundo⁵⁹.

59 Por Estado profundo entende-se o sistema efetivo de poder integrado por uma aliança de interesses privados dominantes com o bloco político dominante. Não é o mesmo que o *deep State* estadunidense, que é mais uma aliança do sistema militar com o financeiro.

C. A produção extrativa

Impõe-se hoje rever o relativo à produção extrativa em suas formas artesanais do século XVI e nas suas formas de produção em rede do capitalismo de hoje. A produção extrativa é o verdadeiro fundamento da expansão do capital mercantil, e, a seguir, da fundação da indústria. Esses grandes movimentos da fundação do capitalismo dependeram da economia de rapina que sustentou a implantação de entrepostos e de seu desenvolvimento em colônias, desde o Canadá até a Terra do Fogo.

O período colonial funcionou sobre o pressuposto de recursos ilimitados, tanto de trabalho local como de escravos. A expansão da atividade extrativa dava o impulso para o aprofundamento das colônias, portanto da expansão do capital mercantil; e sobre a abundância de matérias-primas com que se expandiria o sistema produtivo do capital mercantil.

No século XVIII, o papel central passou para a extração mineral que se tornou a mais captadora de força de trabalho. A expansão da mineração conduziu a complexidade da economia colonial, subordinando a produção rural, na qual se separa a produção de açúcar para exportação da produção de materiais de consumo para uso interno. A expansão da economia colonial carrega um aumento da produção extrativa, em que, além do consumo interno, continua extraindo madeira para exportação, principalmente de contrabando. No conjunto, a modernização da produção extrativa se integra em redes internacionais e enceta um movimento às avessas da formação de capital, em que as economias periféricas têm novo papel ativo na montagem do sistema dominado do capitalismo desigual. Esse papel é revelado pelo esgotamento de recursos, relativo e absoluto, que obriga a reconhecer a extração como componente essencial da formação do capitalismo monopolista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Dialectica negativa**. Madrid. Taurus. 1974.

AMIN, Samir. **Acumulación a escala mundial**. México. Siglo XXI. 1967.

BARAN, Paul. **Teoria económica del crecimiento**.

BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1985.

COHEN, M. & NAGEL, E. **An introduction to logic**. New York, Harcourt and Brace, 1968.

FURTADO, Celso. **Prefácio a uma nova economia política**. São Paulo. Paz e Terra. 1974.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis. Vozes. 1978.

HICKS, John. **Capital and growth**. Oxford. Oxford Press. 1965.

MARCHAL, André. **Teorie scientifique et Science économique**. Paris. Payot. 1956.

MARX, Karl. **O Capital**. 7 vols. Rio de Janeiro. Civilização. 1984.

_____. **Teorias da Mais Valia**. São Paulo. DIFEL.1984.

_____. **Grundrisse**. 2 vols. México. Fondo de Cultura Económica. 1984.

MORGENSTERN, Oskar. **On accuracy of economic observations**. Princeton. PRINCETON PRESS. 1976.

RICARDO, David. **Principles of Political Economy and Taxation**. Londres. Penguin. 1974.

ROBINSON, Joan. **Selected economic papers. Vols. 1 a 4**. Londres, Macmillan. 1964.

RUBIN, Isaac Ilich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo. Brasiliense. 1980.

SHACKLE. George. **The years of high theory**. Cambridge. Cambridge Press. 1967.

SWEEZY, Paul. **Teoria del Desarrollo capitalista**. México. FCE. 1984.

Sobre o livro

Tipologia

Noto Serif 12 pt

Adobe Caslon Pro 12 pt

Imagem da Capa

Arte Pré-colombiana: Escultura *O Lutador de Veracruz*

(Museu Nacional de Antropologia do México)

Revisão Linguística e Normalização Técnica

Elizete Amaral de Medeiros

Design da Capa / Projeto Gráfico / Editoração

Jefferson Ricardo Lima Araújo

O desafio de renovação da Economia Política surge da impossibilidade de negar a real continuidade dos processos de exploração que sempre tiveram um cão de guarda, que hoje são os Estados Unidos. Mas a renovação requer um retorno à origem do capitalismo como continuidade do processo de contradições que se constituiu como crise do feudalismo e como bloqueio do capital mercantil. É o fundo imperial da exploração que hoje encontra um limite nas contradições do capital monopolista. Esta reação tem a ver com o modo prático da economia como representação de um pensamento fundamental que precisa registrar as mudanças na estruturação do capital, que passa de concorrencial a oligopólico e a monopolista financeiro, em processos de mercado conduzidos por alianças entre os capitais monopolistas e os Estados imperialistas. (Algumas provocações deste livro, já no Prólogo).



ISBN 978-85-7879-769-0

